



20 anos
Departamento
Turismo@ISCE



The specific entrepreneurship applied to the development of tourism

ISSN: 2183-0800

www.isce-turismo.com

Volume 11 | Número 1 | Setembro 2018
Volume 11 | Number 1 | September 2018
Volumen 11 | Número 1 | Septiembre 2018

Patrocinadores:



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS EDUCATIVAS
HIGHER INSTITUTE OF EDUCACIONAL SCIENCES
Presidente/President: Prof. Doutor Luís Picado



Departamento de Turismo
Tourism Department
Diretor/Director: Prof. Doutor Nuno Abranja

Endereço para correspondência do THIJ

Mailing adress of **THIJ**

Rua Bento de Jesus Caraça, 12, Serra da Amoreira
2620-379 Ramada – Odivelas – Portugal

Contactos/Contacts

Tel.: +351 219 347 135 * Ext. 1017 Fax: + 351 219 332 688

Email: thijournal@isce.pt

URL: <http://www.isce-turismo.com>

THIJ – TOURISM AND HOSPITALITY INTERNATIONAL JOURNAL

ISSN: 2183-0800

V. 11, n° 1 [September, 2018]

**CONSELHO EDITORIAL |
EDITORIAL BOARD**

Editor Executivo | Executive Editor

Nuno Alexandre Pereira Abranja - ISCE, Portugal

Editores | Editors

Ana Patrícia Ricardo Marques – ISCE, Portugal

Ana Catarina G. Afonso Alcântara – ISCE, Portugal

Editora Convidada | Guest Editor

María Dolores Sánchez-Fernández – Universidade da Coruña, Espanha

**CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO |
EDITORIAL ADVISORY BOARD**

Álvaro Matias – APIDT, Portugal

Donária Coelho Duarte – Univ. de Brasília, Brasil

Gilson Zehetmeyer Borda – Univ. de Brasília, Brasil

Jaime Serra - ECS, Univ. de Évora, Portugal

Luiz Moutinho – ASBS, Univ. of Glasgow, UK

Natasha Luzhkova – V. B. Sochava Institute of Geography SB RAS

Noémi Marujo - Universidade de Évora, Portugal

Pauline Sheldon - STIM, Univ. of Hawai'i, Hawaii

Richard Butler - Strathclyde University, UK

Rosário Borges - Universidade de Évora, Portugal

**COMISSÃO CIENTÍFICA |
SCIENTIFIC BOARD**

Abraham Pizam RCHM, Univ. Central Florida, EUA

Alan A. Lew Department of Geography, Planning and Recreation, Northern Arizona University, USA

Alcina Sousa Universidade da Madeira, Portugal

Alfonso Vargas Sánchez Univ. de Huelva, Espanha

Ana Maria Ferreira Universidade de Évora, Portugal

António Sérgio Almeida ESTM – IPL, Portugal

Bonifácio Rodrigues ISCE, Portugal

Carlos Cardoso Ferreira IGOT – UL, Portugal

Charles Arcodia Dep. of Tourism, Sport and Hotel Management, Griffith Business School, Griffith University, Austrália

Chris Cooper Oxford Brookes University, UK

Christof Pforr SM-CBS, Curtin University, Austrália

Cláudia R. de Almeida ESGHT-UALG, Portugal

David Airey University of Surrey, UK

Dimitrios Buhalis ST, Bournemouth University, UK

Eduardo Yáziqi Universidade de São Paulo, Brasil

Eduardo Moraes Sarmiento ULHT, Portugal

Eunice Lopes ESGT, IP Tomar, Portugal

Eva Corrêa ISCE, Portugal

Fernando Moreira ESHTe, Portugal

John Fletcher ST, Bournemouth University, UK

Jordi Tresserras Juan Univ. de Barcelona, Espanha

Jorge Umbelino FCSH - UNL, Portugal

José Álvarez García FCET, Univ. de Vigo, Espanha

José d'Encarnação ULHT, Portugal

José António Figueiredo Universidade Lusíada, Portugal

José Jiménez Quintero Universidad de Málaga, Espanha

Júlio Mendes Universidade do Algarve, Portugal

Luís Picado ISCE, Portugal

Manuel Salgado ESHTS - IPG, Portugal

Margarida Abreu Morais Dep. of Tourism, Sport and Hotel Management, Griffith Business School, Griffith University, Austrália

María de la Cruz del Río Rama Universidad de Vigo, Espanha

Mário Passos Ascensão HAAGA-HELIA, Finlândia

Michael Schön ESTM – IPL, Portugal

Miguel d'Abreu Varela INP/ISG, Portugal

Miguel Moital ST, Bournemouth University, UK

Nuno Gustavo ESHTe, Portugal

Paula Farinho ISCE, Portugal

Paulo Jorge Almeida ESTM – IPL, Portugal

Pedro Mucharreira ISCE | IE, Universidade de Lisboa, Portugal

Ricardo Martins ISCE, Portugal

Themudo Barata Universidade de Évora, Portugal

Vítor Ambrósio ESHTe, Portugal

Xerardo Pereiro UTAD, Portugal

CONDIÇÕES GERAIS | GENERAL CONDITIONS

Entidade Editora

A revista científica *Tourism and Hospitality International Journal* é um projeto editorial conjunto do Departamento de Turismo do Instituto Superior de Ciências Educativas - ISCE, enquadrado no Centro de Investigação da Instituição (ISCE-CI), em parceria com a Associação Portuguesa de Investigação e Desenvolvimento em Turismo – APIDT, em formato online, dedicada à publicação de artigos científicos originais nas áreas do Turismo, Hotelaria e Restauração.

Missão

A publicação tem como missão a partilha de conhecimento e competências obtidas a partir de uma investigação científica e aplicada em Turismo, Hotelaria e Restauração, aproximando gradualmente a comunidade de investigadores das três áreas.

Periodicidade

A revista terá uma periodicidade semestral, em setembro e março, e a sua publicação será consumada em formato digital de forma a atingir uma distribuição mundial e gratuita.

Idiomas

O seu âmbito internacional e multicultural permitirá a publicação de textos em português, inglês e castelhano, aceitando trabalhos de autores de qualquer país que visem o contributo para uma discussão pertinente e útil ao desenvolvimento do Turismo.

Avaliação

Esta publicação pretende reger-se por critérios internacionais de excelência, assegurando a qualidade dos artigos científicos através de um processo de revisão anónima (*blind referee*) por um comité científico composto por avaliadores externos à entidade editora, de prestigiadas instituições de ensino superior e personalidades representantes nacionais e estrangeiras.

Numa fase inicial o Conselho Editorial reserva-se ao direito de rejeitar *papers* que considere de qualidade insuficiente, ou não relevantes o suficiente para as áreas temáticas da revista. Os trabalhos avaliados pelo Conselho Editorial com qualidade suficiente e relevantes para as áreas temáticas da publicação são encaminhados aos avaliadores científicos para a revisão anónima.

Publisher

The scientific journal *Tourism and Hospitality International Journal* is an editorial project of the Department of Tourism of the Instituto Superior de Ciências Educativas – ISCE, framed at the Research Centre of the Institution (ISCE-CI) in an online format, dedicated to publishing original scientific papers in the Tourism, Hospitality and Catering areas.

Mission

The publication's mission is to share knowledge and skills gained from a scientific and applied research in Tourism, Hospitality and Catering, gradually putting together the research community of the three areas.

Periodicity

The journal will have a semi-annual periodicity, both in October and April, in a digital format in order to reach a free worldwide distribution.

Languages

Its international and multicultural scope will allow the publication of texts in Portuguese, English and Spanish. Papers will be accepted from authors in any country aiming to contribute to a relevant and helpful discussion to the development of tourism.

Evaluation

This publication intends to follow international standards of excellence, ensuring the quality of scientific papers through an anonymous review process (*blind referee*) by a scientific committee composed of external evaluators of prestigious higher education institutions and personalities, both national and international.

Initially, the Editorial Board reserves the right to reject papers that do not have quality enough or that are not relevant enough to the areas of the journal. The studies evaluated by the Editorial Board with quality and relevance to the areas of the publication will be sent to reviewers for *blind referee*.

NORMAS DE SUBMISSÃO | SUBMISSION PROCEDURES

Normas de Publicação

Os trabalhos submetidos devem ser originais e isentos de plágio, neutros e independentes, baseados sempre em factos científicos. O autor deve assegurar-se que esses trabalhos não foram anteriormente publicados ou encontrem-se atualmente sob análise e possibilidade de publicação num outro espaço físico ou eletrónico. Não obstante, o autor pode submeter trabalhos apresentados em eventos científicos que não tenham sido publicados.

Os artigos publicados são da responsabilidade dos seus autores.

Os trabalhos podem ser apresentados por professores, investigadores, profissionais e estudantes das áreas do Turismo, Hotelaria, Restauração e afins. Os estudantes de licenciatura e mestrado que submetam trabalhos para apreciação devem ter um professor como coautor. Os artigos podem incidir sobre investigações empíricas, revisões de literatura em áreas específicas ou reflexões teóricas.

O Conselho Editorial reserva-se ao direito de rejeitar trabalhos que considere de qualidade insuficiente, ou não relevantes o suficiente para as áreas temáticas da revista ou que não cumpram as normas abaixo apresentadas.

Ao submeter trabalhos para publicação no *Tourism and Hospitality International Journal*, o autor confirma a aceitação de transferência de direitos autorais para a revista, bem como os direitos para a sua difusão, incluindo bases de dados científicas nacionais e internacionais e repositórios, sempre sob a missão de partilha de conhecimento e competências obtidas a partir de uma investigação científica e aplicada em Turismo, Hotelaria e Restauração, aproximando gradualmente a comunidade de investigadores das três áreas. Ao enviar trabalhos o autor autoriza ainda a Comissão Editorial a fazer alterações de formatação aos mesmos. A rejeição de um artigo submetido para publicação pelos Conselhos Editorial ou Científico implica a devolução automática dos direitos autorais.

O autor deve enviar junto ao trabalho científico o documento "Formulário de Direitos Autorais", disponível no *site* da revista.

Em seguida expomos as normas específicas para entrega de trabalhos, de forma a facilitar o sistema de submissões e a otimizar o processo para autores, corpo editorial e revisores. O *Tourism and Hospitality International Journal* está disponível para receber trabalhos de toda a comunidade académica e profissional. Os trabalhos científicos submetidos devem respeitar as normas de publicação a seguir expostas e o autor deve, antes de enviar o manuscrito, certificar-se que cumpre as normas de publicação da revista e as normas de publicação da APA (American Psychological Association, 2010, Publication Manual of the American Psychological Association, 6ª ed., Washington, DC: APA).

A opção de escrita pelo acordo ortográfico é da responsabilidade dos autores.

Publication Procedures

All papers submitted must be original, neutral, independent and plagiarism free, based on scientific facts. Authors must ensure that the papers have not been published previously or currently under evaluation for paper or electronic publication. Nevertheless, authors may submit papers presented in other events since they have not been published yet.

Authors are responsible for their published papers.

Works can be presented by professors, researchers, professionals and students of Tourism, Hospitality and Catering, among others. Bachelor and master students must have a teacher as co-author, in order to submit a paper. Papers may focus on empirical research, literature reviews in specific areas or theoretical reflections.

The Editorial Board reserves the right to reject papers that do not have quality enough, that are not relevant enough to the areas of the journal or that do not fulfil the following procedures.

By submitting work for publication in the *Tourism and Hospitality International Journal*, the author accepts transferring copyright to the journal. These rights are extensive to their dissemination, including scientific databases and national and international repositories, always willing to share knowledge and skills gained from a scientific and applied research in Tourism, Hospitality and Catering. Thus, the aim is to gradually approach the research community of the three areas. By submitting work, the author also authorizes the Editorial Board to make formatting changes to it. The rejection of an article submitted for publication by the Editorial Board or Scientific implies the automatic return of copyright.

Authors should submit the document "Copyright Form" available on the journal's website along with the scientific work.

Papers must fill in the scientific procedures, in order to facilitate the submission system and optimize the process for authors, reviewers and editorial staff. The *Tourism and Hospitality International Journal* is available to receive papers from the academic and professional community. The scientific papers submitted must meet the standards of publication set out below and the author must, before submitting the paper, make sure it meets the standards of journal publication and publication guidelines of the APA (American Psychological Association, 2010 Publication Manual of the American Psychological Association, 6th ed. Washington, DC: APA).

Normas de Formatação

Todos os artigos deverão ser enviados para o e-mail thijournal@isce.pt.

Para publicar na edição de setembro deve submeter o seu trabalho até 15 de junho. Para a publicação de março deverá enviar o seu artigo até 15 de dezembro.

Os artigos submetidos não devem estar identificados no próprio documento. O nome, afiliação e contactos dos autores deverão ser enviados no corpo do e-mail e no "Formulário de Direitos Autorais".

O documento deve ser enviado em formato *word* e não deve exceder as 25 páginas no total.

A dimensão da folha deve ser A4 (21cm x 29,7cm), com margens superior, inferior e laterais de 3 cm.

O tipo de letra deve ser *Times New Roman* a tamanho de 12 pontos. O espaçamento entre linhas deve ser a dois espaços.

Os parágrafos devem ser indentados (iniciados para dentro) cinco a sete espaços (0,5cm), exceto nos títulos, no texto do resumo e nas citações em bloco (excertos com mais de 40 palavras). O texto deve estar alinhado apenas no lado esquerdo da página (*left justification*) e a margem direita incerta (não justificada).

A estrutura do artigo a enviar deve incluir a seguinte estrutura:

1. Página de título
2. Página do resumo e *abstract*
3. Páginas de texto
4. Referências
5. Página de Notas (opcional)
6. Página de Quadros (opcional)
7. Página de Figuras (opcional)
8. Anexos (opcional)

Os artigos deverão ser acompanhados de um resumo em português e inglês, não devendo cada um exceder as 250 palavras. Devem também ser apresentados, em português e inglês, pelo menos 4 palavras-chave e o título do artigo. O resumo começa na primeira linha com a palavra Resumo, centrada. Os parágrafos do resumo não devem ser indentados e devem estar alinhados à esquerda e à direita. O resumo é uma sinopse específica e acessível das principais ideias do artigo.

Os títulos e subtítulos devem respeitar a seguinte formatação por níveis:

- Nível 1: Centrado, em Negrito, com Letras Maiúsculas e Minúsculas
- Nível 2: Alinhado à Esquerda, em Negrito, com Letras Maiúsculas e Minúsculas
- Nível 3: Indentado à esquerda, em negrito, com letras minúsculas e termina num ponto.
- Nível 4: Indentado à esquerda, em negrito e em itálico, com letras minúsculas e termina num ponto.
- Nível 5: Indentado à esquerda, em itálico, com letras minúsculas e termina num ponto.

Os vocábulos estrangeiros deverão ser apresentados em itálico e não entre aspas, salvo quando se tratar de citações de textos.

Formatting Procedures

All papers must be sent to thijournal@isce.pt.

Authors must send their works until the 15th June in order to be published in the September edition and until the 15th December to be published in the March edition.

Papers submitted must be free of personal information. Name, institution and author contacts must be sent in the email text and in the "Copyright Form" as well.

Documents must be sent in word format and must not exceed 25 pages, at the most.

Each page must be in A4 format (21cm x 29,7cm), with 3 cm superior, inferior and side margins.

Texts must be written in Times New Roman 12 with 2.0 line spacing.

Paragraphs must be indented at 5 to 7 spaces (0,5cm), except titles, abstract text and block quotations (more than 40 words). Text must be left justified (left justification) with no right margin.

Papers must follow the structure below:

Papers must follow the structure below:

1. Title page
2. Abstract page
3. Text pages
4. References
5. Notes page (optional)
6. Tables page (optional)
7. Pictures Page (optional)
8. Attachments (optional)

Papers must have an abstract both in Portuguese and English, with no longer than 250 words. The title of the paper and the keywords (at least 4) must be written in Portuguese and English. The abstract begins in the first line with the word Abstract, centered. Paragraphs of the abstract should not be indented and must be both left and right justified. The abstract is a short and simple text of the main ideas of the paper.

Titles and subtitles must follow the formatting level below:

- Level 1: Centered, Bold, Uppercase and Lowercase
- Level 2: Left Justified, Bold, Uppercase and Lowercase
- Level 3: Left Indented, Bold, Lowercase and ends with a final point.
- Level 4: Left Indented, Bold, Italic, Lowercase and ends with a final point.
- Level 5: Left Indented, Italic, Lowercase and ends with a final point.

Foreign words must be presented in italic but in text quotations must be considered quotation marks.

As aspas devem ser usadas para excertos de texto com menos de 40 palavras, títulos de artigos ou de capítulos a que se refere no texto, para reproduzir material de um item de teste ou instruções aos participantes, ou quando introduzir um termo de calão ou um novo conceito proposto.

As citações de autores e obras no decorrer do texto deverão obedecer ao seguinte padrão:

- (Cunha, 2013);
- (Cavaco & Simões, 2009);
- Cavaco e Simões (2009);
- Abranja et al. (2012);
- Dolabela (1999a, 1999b)

Em citações diretas (em que se transcreve o texto) deve indicar o autor, o ano e a página junto à transcrição e em citações indiretas (em que se parafraseia) o autor e o ano da publicação. Recomenda-se não mais de 3 citações diretas por cada 10 páginas. Prefira para as suas citações revistas científicas a revistas de divulgação. No caso de citações diretas com mais de 40 palavras (citações em bloco), não se aplicam as aspas e muda-se de linha para iniciar a citação; o texto deve estar afastado da margem esquerda meia polegada, 5 espaços ou 1,3cm e o início não é indentado.

Na secção das Referências deve incluir todas as citações do artigo e apenas essas citações; não deve colocar obras que não tenha referido no texto. As publicações devem ser referenciadas conforme as normas da APA e ter em atenção as seguintes indicações:

- As referências começam numa nova página e devem estar listadas por ordem alfabética;
- Quando há várias referências do mesmo autor, indicar por ordem de antiguidade (primeiro as mais antigas), começando pelas publicações em que o autor aparece sozinho e só depois as que aparece com outros autores;
- Se não há autor, é colocado por ordem alfabética a primeira palavra com sentido da referência (normalmente o título);
- Se tiver duas referências dos mesmos autores e do mesmo ano, diferenciá-las colocando uma letra a seguir ao ano;
- Todas as referências devem estar alinhadas à esquerda na 1.ª linha e ser indentadas nas linhas subsequentes, e colocadas a dois espaços;
- Os títulos de artigos ou de livros são escritos em letras minúsculas, com exceção da primeira letra do título e do subtítulo, e nos nomes próprios (nomes de pessoas, países, religiões, etc.).

Recomendamos ainda a consulta dos seguintes exemplos de referências:

- Abranja, N., Alcântara, A., Braga, C., Marques, A. & Nunes, R. (2012). *Gestão de agências de viagens e turismo*. Lisboa: Lidel.
- Carneiro, M., Eusébio, M., Kastenholz, E. & Alvelos, H. (2010). Turismo de saúde para o mercado sénior: Quais os benefícios da participação em programas de turismo social? In N. Abranja, A. Marques, F. Coelho e I. Carneiro (eds.), *Turismo Acessível. Estudos e Experiências* (pp.153-170). Mangualde: Edições Pedagogo.
- Martin-Fuentes, E. & Ramon, N. D. (2014). Promotion of tourism through social networks. *Tourism and Hospitality International Journal*, 2(1), 34-55.

Quotation marks should be used to text of less than 40 words, titles of articles or chapters referred to in the text, to reproduce material from a test item or instructions to the participants, or to mention a slang term or newly proposed concept.

Quotations must follow the procedures below:

- (Marques, 2013);
- (Cavaco & Simões, 2009);
- Cavaco e Simões (2009);
- Abranja et al. (2012);
- Dolabela (1999a, 1999b)

Direct quotations (in transcribed text) must indicate the author, year and page with the transcript and indirect quotations (in which paraphrases) must indicate the author and year of publication. It is recommended to avoid no more than 3 direct quotations per 10 pages. Authors should give preference to journals instead of magazines. In the case of direct quotations over 40 words (block quotations), do not apply the quotes and give a blank space to start the citation; the text should be half inch away from the left edge; 5 spaces or 1.3 cm; the beginning should not be indented.

References section must include all the references of the article and only those references; should not include works that are not mentioned in the text. Publications should be referenced according to APA standards and consider the following:

- References begin on a new page and should be listed in alphabetical order;
- When there are multiple references by the same author, indicate in order of age (oldest first), starting with the publications in which the author appears alone and only after that those with the other authors;
- If there's no author it is placed alphabetically by the first word in the reference (usually the title);
- If you have two references of the same author and the same year, distinguish them by placing a letter after the year;
- All references must be left justified in the first line and be indented on subsequent lines with 2.0 spaces;
- The titles of articles or books are written in lowercase, except for the first letter of the title and subtitle, and proper nouns (names of people, countries, religions, etc).

We strongly recommend consulting the following references examples:

- Abranja, N., Alcântara, A., Braga, C., Marques, A. & Nunes, R. (2012). *Gestão de agências de viagens e turismo*. Lisboa: Lidel.
- Carneiro, M., Eusébio, M., Kastenholz, E. & Alvelos, H. (2010). Turismo de saúde para o mercado sénior: Quais os benefícios da participação em programas de turismo social? In N. Abranja, A. Marques, F. Coelho e I. Carneiro (eds.), *Turismo Acessível. Estudos e Experiências* (pp.153-170). Mangualde: Edições Pedagogo.
- Martin-Fuentes, E. & Ramon, N. D. (2014). Promotion of tourism through social networks. *Tourism and Hospitality International Journal*, 2(1), 34-55.

Para todos os casos de Referências os autores deverão cumprir com as normas de publicação da APA, descritas no *Publication Manual da American Psychological Association* (6th ed., 2009).

Os quadros, figuras ou gráficos deverão respeitar estritamente, no seu conteúdo e forma, as regras de formatação da APA, devendo ser apresentados em páginas separadas (um quadro/figura/gráfico por página) no final do artigo, depois das Referências e antes dos Anexos. Os quadros deverão ser apresentados no tipo de letra *Times New Roman*, a tamanho de 10 pontos. Os gráficos deverão expor sempre os valores a que se referem no espaço próprio do gráfico, ou sob a forma de Quadro anexa, devendo permitir a sua edição (construído em *word* ou *excel*: formato *microsoft graph*).

As notas devem ser apresentadas em formato "Nota de Fim".

Os anexos (se os houver) deverão ser colocados depois de todo o artigo. Deve iniciar cada anexo numa página diferente e numerá-los através de letras (Anexo A, Anexo B...).


All cases of references must comply with the standards of the APA publication, described in the *Publication Manual of the American Psychological Association* (6th ed., 2009).

Tables, figures and graphs should strictly abide, in its content and form, the formatting rules of the APA and should be submitted on separate pages (one table / chart / graph per page) at the end of the article, after the references and before the attachments. Tables should be presented in the font *Times New Roman*, the size of 10 points. Graphs should always expose the values referred to within the graph itself or in the form of the attached table should allow its editing (built in *word* or *excel*: *Microsoft graph* format).

Notes must be submitted in the format "Endnote".

Attachments (if any) should be placed after the whole article. Each attach must start in a different page and letter (Annex A, Annex B...).

ÍNDICE | INDEX

Índice.....	10	
Editorial.....	11	
Nuno Abranja		
Agro Tourism; Enhancing and Sustaining Farm economy in India.....	12-25	
Dinesh Kapadia		
Aportaciones metodológicas para la valoración de empresas en Ecuador. De la investigación teórica a la práctica.....	26-47	
Galo Adolfo Farfán Pacheco		
Emprendimientos en el Ecuador. Un enfoque multidimensional para su desarrollo.....	48-73	
Geovanny Xavier Mendoza Arteaga		
Ensaaios Divulgação cultural e científica.....	74	
Expo 98 enquanto fator de renovação urbana e impacto para o turismo.....	75-110	
Fernando Miguel F. Garrido, Raul Ribeiro Ferreira & Nuno Abranja		

EDITORIAL

Abranja, N. (2018). Editorial. *Tourism and Hospitality International Journal*, 11(1), 11.

Com a presente edição chegámos ao bonito número 20 de publicações e com ela celebramos 5 anos de existência. Foi em setembro de 2013 que iniciámos este projeto internacional associado ao Departamento de Turismo do Instituto Superior de Ciências Educativas. Ao longo deste período publicámos 10 edições regulares e outras 10 resultantes de parcerias muito profícuas com parceiros internacionais de elevada importância na academia e no turismo mundial.

Acolhemos em cinco anos de trabalho mais de uma centena de artigos científicos de grande qualidade, submetidos por investigadores de renome provenientes de mais de 20 países dos 5 continentes.

Distribuímos esta nossa revista científica, durante este período, por mais de 5 mil leitores e tivemos acima de 8 mil *downloads* de artigos individuais e de números completos.

Publicámos edições de grande interesse, sempre subjacentes à grande área do turismo, abordando, contudo, uma vasta panóplia de temáticas, desde a hotelaria à restauração, ao empreendedorismo, às tecnologias, aos eventos, ao ensino, aos transportes, à gastronomia e vinhos, aos produtos turísticos, entre muitas outras subáreas de natureza turística.

É neste momento de celebração mais do que justo destacar e agradecer o

valioso trabalho que tem sido desenvolvido pelos nossos 42 membros do Conselho Científico, 8 membros do Conselho Consultivo e 3 membros do Conselho Editorial, oriundos de 16 países, que de forma inexcelável se têm dedicado a defender e a promover a qualidade científica dos trabalhos publicados e a contribuir largamente para a projeção internacional da revista.

Um agradecimento final a todos os que nos têm seguido ao longo destes primeiros cinco anos de vida, quer como autores, quer como leitores, reforçando que iremos continuar a receber e a publicar todos os melhores trabalhos de forma inteiramente gratuita.

Por todas estas razões e outras que advirão, é seguro afirmar que vamos continuar a apostar na mesma estratégia de trabalho, mas inovando e empreendendo cada vez mais intensamente nos próximos anos, mantendo a nobre missão de partilhar a melhor investigação científica e aplicada que a academia pode repartir com o mercado de trabalho, contribuindo para incrementar a qualidade do turismo nacional e além-fronteiras.

Nuno Abranja

Editor Executivo

Instituto Superior de Ciências Educativas

AGROTOURISM: ENHANCING AND SUSTAINING FARM ECONOMY IN INDIA

Dinesh Kapadia¹

Kapadia, D. (2018). Agrotourism: enhancing and sustaining farm economy in India. *Tourism and Hospitality International Journal*, 11(1), 12-25.

¹ Vivekanand education Society Institute of Management studies & Reaserch. Research Hashu advani Memorial complex Collector Colony Chembur, Mumbai, India

Abstract

The case provides a detailed narration of the concept of Agrotourism, including the benefits, constraints and success factors involved, with specific reference to India. Agri Tourism Development Company (ATDC) being the pioneer of Agrotourism concept in India, has provided training to 2500 farmers and helped to set up 318 Agrotourism units in Maharashtra state of India. Being an uncharted area, there are multiple challenges for all concerned stakeholders. It includes issues like sustainability, economic feasibility, guest host relationship, connectivity infrastructure and communication. The growth potential for Agrotourism can be realized through appropriate strategies addressing the challenges which can be developed and implemented jointly by the stakeholders. The stake holders are farmers, tourists, tourism organizations and the government agencies responsible for formulating policies.

Keywords

Agrotourism, entrepreneurship, strategy, stakeholders

Introduction

On his way back to Palshi, operational head quarter of his Agrotourism venture, Pandurang Taware, Managing Director of ATDC Pvt. Ltd scribbled few points in his diary which were bothering him for some time. One was about making Agrotourism economically feasible for the farmers and convince farmers to open up their farms to the visitors from cities. Other was concerning attracting city dwellers to the farms. With expansion of Agrotourism market, he was wandering about his own role being a pioneer in the field of Agrotourism and contribution from government that could make difference.

In India agriculture was never considered as profession, it was the way of life for the farmers. The role that farmer envisaged for himself was that of supporting and sustain the social structure. Prior to early sixties, the approach to farming was that of traditional methods of agriculture operation which was more of making use of what was available in local conditions. The Green revolution of mid-sixties changed the scenario of agriculture operation. By seventies, India was on way to become food self-sustaining country on account of improved agriculture operation.

As per the census of 2011, about 69% of population of India lived in about 63800 villages making agriculture and allied activities a backbone of Indian economy. In absence of adequate irrigation infrastructure in place, agriculture in India was mainly rain fed operation. Vagary of weather coupled with non-remunerative prices of agriculture commodity and rising input costs were substantially eroding income in small farms operation.

Other factors like industrialization and globalization were additional threats to the agriculture industry. To sustain living, farmers were compelled to look for alternative source of income. Migration from villages to cities in search of employment was one such way out for the farmers. The viable way to handle the threat was to evolve mechanism to supplement the farm income at the village level itself.

Agriculture and Tourism

Economic survey 2015 suggested that agriculture sector of the country grew at 1.1 percent in 2014-15. Even for the first three years of the 12th Five-Year plan (2012-17), the rate of agro-GDP growth turned out to be a meager 2 percent per annum against a target of at least

4 percent (Gupta 2015). Such being the scenario, the farmers across India had look for the opportunities to diversify their list of products and service offerings. While the agriculture as industry was in stagnation to decline mode, tourism as an industry was on upswing. The number of Foreign Tourist Arrivals (FTAs) in India during 2014 increased to 7.68 million as compared to 6.97 million in 2013. The growth rate in FTAs during 2014 over 2013 was 10.2% as compared to 5.9% during 2013 over 2012. The double digit growth of 10.2% in 2014 for India was better than the growth rate of 4.2% for the International Tourist Arrivals around the world in 2014. Even domestic tourist market was also expanding. The number of domestic tourist visits in India during 2014 was 1290.12 million as compared to 1142.53 million in 2013, with a growth rate of 12.9 % and number of Indian national departures from India during 2014 was 18.33 million as compared to 16.63 million in 2013, registering a growth rate of 10.3% (<http://tourism.gov.in/>). With declining agriculture growth and upswing of tourism industry, the combination of two would a case of win –win situation. There was possibility of linking tourism to agriculture.

Tourism and Agrotourism

Tourism being a multifaceted industry could be broadly classified into mass tourism and niche tourism. It was niche tourism that had witnessed spectacular growth world over including in India too. The major India specific niches were adventure tourism, Wildlife Tourism, Medical Tourism, Pilgrimage Tourism, Cultural tourism, Eco tourism and Agrotourism.

Agrotourism

Agrotourism could be considered as an extension of eco-tourism. University of California Small Farm program defined Agrotourism as ‘a commercial enterprise at a working farm, ranch, or agricultural plant conducted for the enjoyment of visitors that generated supplemental income for the owner.’ The concept of Agrotourism was a mixture of integrating agriculture along with pleasure. From city dwellers perspective, they could spend their weekends or holidays in a village farm at a very nominal cost. It was the home away from home and that too in harmony with nature and culture. From farmer’s perspective, it

was an option to diversify their farming operations that would help bring in more revenue by generating economic activity. Agrotourism could include activities like bullock cart riding, tractor riding, fishing and horseback riding. It might be educative in nature where participants could learn about traditional cooking methods using fire wood or cow dung cake. Entertaining tourists with folk songs, harvest festivals, devotional songs and cultural drama including dances could also be included in scope of Agrotourism. Agrotourism also covered hospitality services (farm stays, guided tours), On-farm direct sales etc.

Agrotourism - Globally

Agrotourism is not a new phenomenon, it has been recognized world-wide since the early twentieth century (Busby & Rendle, 2000; McKenzie & Wysocki, 2002; Wicks & Merrett, 2003). A set of policies establishing specific guidelines, obligations, and incentives to assist and encourage farmers to diversify their entrepreneurial portfolio through tourism and hospitality services fostered the development of Agrotourism (Che, Veeck & Veeck, 2005; Hegarty & Przeborska, 2005; Kizos & Iosifides, 2007; Sonnino, 2004). For example, farmers from countries that are members of the European Union (E.U.) can access the LEADER program that offers grants for the promotion of rural development (Caballe, 1999; Cawley & Gillmor, 2008; European Court of Auditors, 2010, p. 100). In spite of lesser government support, Agrotourism has also emerged as an alternative economic activity among farmers in the United States of America (U.S.), although their occurrence is not evenly distributed throughout the country. For example, the state of Texas, largely known for its dude ranches, accounts for 23% of all farms that generate revenues from Agrotourism, followed by Kansas and Montana with less than 5% (USDA: NASS, 2007, p. 639). Agrotourism has rapidly increased in the U.S. during the past ten years with the number of farms making at least \$25,000 from Agrotourism activities growing approximately 90% between 2002 and 2007 (USDA: NASS, 2007, p. 639)

Agrotourism in India

Atithi devo bhava - the guest is equivalent to God – was a tradition in Indian culture. In villages in India, an unannounced guest- atithi was welcome and people would gladly share

whatever they had. With all the constraints, they would be perfect host. The same value system could be effectively extended to business arena through Agrotourism.

In India, agriculture though prominent industry and back bone of India, it was on decline stage. It was plagued with serious problems of declining productivity, fragmentation of land thereby reducing land holding per person, vagary of market prices of input and output and attraction of steady employment in cities for rural youth. It was double whammy for the agriculture industry. Indian farmer was facing the challenge of finding adequate income-generating activities with traditional agricultural operation. Rural economies did not offer sufficient employment opportunities driving young people, in particular, out of villages. Migration of rural youth to cities had some undesirable impact on village as well as on cities. Declining agriculture output was serious national issue. Solution to prevent migration was in creating employment and additional income generation opportunities at village level itself. Practically every state of India faced the issue of rural unemployment with varying intensity.

ATDC

Pandurang Taware, pioneer of the concept Agrotourism in India and promoter of ATDC Pvt. Ltd was born and brought up in village. In 2005, capitalizing on his professional experience and his family's farming background, he ventured in unexplored area of combining agriculture with tourism and seeds of Agrotourism were planted in India for the first time. He founded Agrotourism Development Corporation which was later converted to ATDC Pvt. Ltd. He believed that Agrotourism would contribute to the efforts of the farmers to expand the revenue streams and the creation of sustainable livelihoods in villages.

Leveraging his 17 years of experience in hospitality industry in core area of sales and marketing Pandurang Taware, conducted a consumer survey in Pune with a sample size of 2,440. The results of the survey showed that connections between Pune's urban population and the surrounding rural areas were quite weak.

- 35% of the urban population did not have any relatives in the villages;
- 43% had never visited or stayed in rural communities; and
- 57% had never visited a dairy farm.

The figures clearly indicated that sizable numbers of urban Indians had never experienced rural life. These results encouraged him to initiate a pilot project in Malegaon village near Baramati in Pune district of Maharashtra, India. Within 2 years, the pilot project became a huge success.

ATDC's mission & vision statements

Mission

To promote agriculture tourism to achieve income, employment and economic stability in rural communities in India, help boosting a range of activities, services and amenities provided by farmers and rural people to attract urban tourists to their area, thus providing opportunity for urban people to get back to the roots.

Vision

(To be) No. 1 in Agrotourism Business in India, to train 1000 farmers across India to start and operate Agrotourism Centers in next 10 years.

Objective

The objective of the company was to start 1000 Agrotourism units in next 10 years (by 2015) in each and every feasible village at all taluka places of Maharashtra.

After a successful two-year pilot phase at Malegaon farm, ATDC decided to expand its program to other villages and farmers throughout the state of Maharashtra. In the second phase (2007), farmers from various villages were selected to participate in the program and over 250 farmers received capacity-building training in the area of Agrotourism.

Realizing the fact that in Maharashtra state about 80 % farmers had marginal land holdings and there was danger of those farmers being left out of the Agrotourism benefits, Pandurang Taware suggested the route of cluster Agrotourism development under co-operative basis, resulting in formation of several Agrotourism development co-operatives. In 2008, these cooperatives were brought under Maharashtra State Agri & Rural Tourism Cooperative Federation Ltd (MART). MART being apex body, was expected to guide, train, build capacity, promote, sell and market agro and rural tourism concept in urban cities, at the same time work in tandem with government departments to develop agro and rural tourism as the supplementary income and employment generation source for the agriculture communities in the state of the Maharashtra. The main objective of MART was to coordinate

the activities of planning, financing, marketing and liaison with various State and Central Agencies. The governing body of Federation had 12 representatives from agro & rural tourism co-operatives as well as 11 individual farmers who operated agro and rural tourism centers along with women directors from the individual farmers and 2 government nominated directors.

The major goals conceived by ATDC for Project Agrotourism were;

1. To develop and promote agricultural tourism (Agro-tourism) as a potential vehicle for diversifying and stabilizing rural economies.
2. Creating jobs, increasing community income, providing a broader market base for local business.
3. Creating opportunities for urban Indians as well as foreign tourists to discover and appreciate Indian agricultural traditions.
4. To benefit farmers, local communities, and tourism enterprises through the development of new consumer markets.
5. Increasing awareness about local agricultural products,
6. Enhancing understanding of the importance of maintaining agricultural lands.
7. Providing farm family members with opportunities for on-site employment.
8. Strengthening the long-term sustainability of small farms.

Growth of Agrotourism in Maharashtra and Beyond

The concept, Agrotourism was establishing its roots. Till date (February 2016), there were 318 Agrotourism centers functioning in Maharashtra. About 2500 farmers had undergone training at ATDC center, Pune. Besides Maharashtra, farmers and government authorities from Punjab, Haryana, Gujarat, Karnataka and Tamilnadu had shown interest in establishing Agrotourism centers in their respective states. Based on the data available with ATDC, about 250000 tourists comprising of domestic and international had visited agro centers in Maharashtra. Domestic tourists formed the major chunk of it. Further analysis of data indicated 70% of tourists were from Pune city. Farmers and Tourism practitioners from countries like Bangladesh, United States of America, UK, and Saudi Arabia had also shown interest in the model.

Role of ATDC

ATDC provided technical assistance and advice as well as consulting services regarding the preparation of project reports, sales and marketing activities to the farmers who were interested in setting up a unit in their own village. ATDC's system included training and capacity building service to farmers. In addition to helping people replicate the idea, ATDC had setup Baramati Agri & Rural Tourism Training & Research and Development Center at Village Palshi, Baramati- Pune in Maharashtra.

Developing Tourism Center

Agrotourism center development required a strong commitment from the community members and the local government. The major issues that required attention could be perceived from farmer's perspective, local community perspective and government perspective.

Farmer's Perspective

Agriculture operation was the Core competency of a farmer which differed radically from managing operation of an Agrotourism center. It demanded understanding of hospitality industry. The set of skill needed includes service oriented approach, communication skill and ability to decipher needs and wants of the tourists. The willingness of farmers to undergo professional training was essential. Setting up building infrastructure required sizable capital. Non availability of capital with the farmers was a major stumbling factor. In absence of proper guide lines from regulating authorities to financial institutes like banks related to Agrotourism, loans were not available to them. The farmers could get funding only for operation related to agriculture like for seed, fertilizer procurement, well digging, arranging for irrigation facility etc.

Essential Infrastructure required at Agrotourism centers includes (Kumbhar 2009);

- Clean accommodation with basic facilities as per city dwellers standards at farm
- Safe drinking water
- Hygienic condition in kitchen area

- Safety of tourists and their belongings
- Adequate tree canopy and open area
- First aid box with basic training to handle emergencies
- Emergency medical care tie up with nearby medical practitioners /hospitals.
- The well or lake or swimming tank for fishing, swimming
- Bullock cart, cattle shade,
- Telephone/internet connectivity

Value addition could be done by catering authentic local style foods, introducing local games for children, arranging for folk dance, traditional dance singing, sell of local agro products, handicrafts etc.

Contribution of Community

The visits of tourists in village enhanced the overall economy of the area. It was not only the agro tourist center's owner benefits but host of other people benefit. Local shopkeepers would get additional business, folk singers and drama artists would get opportunity to perform and earn money and some networking for performance outside their area. Handicraft artisans would get new market at their door steps. It was a win- win situation for entire area. It required participation of all the concern stake holders.

Role of Government

Being an agro dominated country, farmers welfare was of prime importance for any government to remain stable and survive. Agriculture industry was saddle with many issues. Of late suicide by farmers across India had become a critical matter. There were many agro related activities like goat rearing, bee keeping, dairy industry which were sponsored and supported by government to provide option to the farmers to supplement income generation. Agrotourism could be added to it. According to Pandurang Taware, an average income of `100,000 (\$ 1490) per month was possible. With about 8 months of season, a farmer could expect additional income of about 800,000 (\$11920) which was substantial higher by any standard. Recognizing Agrotourism as niche tourism could be the first step in the right direction. Government policies related to building infrastructure at farm, capacity building

training and promoting Agrotourism at national and international level in line of incredible India! would go long way in reducing the intensity of financial problems at farmers' level. Not only that, it would check the migration of youths from villages to cities. It could lead to balance growth of cities and villages.

Government agencies could play pivotal role in strengthening Agrotourism in in India. The provision of proper infrastructure of roads, electricity and communication facilities would be the first step in right direction. The nodal ministry being Ministry of tourism, other ministries that could chip in were ministry of agriculture and farmers welfare, ministry of culture, ministry of rural development and ministry of road transport and highways. The provision of clear cut schemes or assistant packages for Agrotourism development was the need of the hour. Sensing the utility of it, a draft of policy was being prepared and it was at discussion stage at central level. At state level in Maharashtra too, guide lines for assistance package were being formulated.

Strategy of ATDC

Campaigning for the cause of Agrotourism, ATDC had developed a three pronged approach directed towards farmers, government official and urban tourists (Press note ATDC 2008).

- To provide training preferably to those farmers who had small land holdings.
- To build the Agrotourism center with onsite local available resources with the help of local artisans and local people.
- To create awareness with the help of field staffs to guide the farmer and help them to market, run and operate the Agrotourism center.
- Actively participate in workshop, seminar, contests related to tourism.
- Liaison with government agencies and political leaders for Agrotourism industry recognition, supportive Agrotourism policies and regulations, supportive Agrotourism financing, establishing product and service quality control standards and establishing an Indian Agrotourism Council (IAC) as the body responsible for co-coordinating product development, marketing and training for all Agrotourism initiatives in India

To enhance awareness, 16th May- establishment day of ATDC was being celebrated as International Agrotourism day. In this yearly event, farmers and city dwellers were invited and the farmers who were managing agro centers were felicitated. In his personal capacity, Pandurang Taware had been participating in all the major events in India as well as in international circuit. He had been rewarded with following awards;

- National Tourism Award Recipient 2008-09, by Department of Tourism Government of India by the Hands of Vice President of India @ New Delhi, March 2010, for Most Innovative Tourism Product.
- Finalist, Global Tourism for Tomorrow Award 2011, by WTTC London @ Global Tourism Summit May 2011 Las Vegas, for Community Benefit Tourism.
- Winner, Global, Responsible Tourism Award 2011, by Responsible Travel, London @ WTM London, Nov 2011, for Conservation of Cultural Heritage.
- Winner, Wild Asia Responsible Tourism Awards 2012, by Wild Asia, Malaysia @ ITB Singapore Oct 2012 for Community Engagement & Development & Cultural Preservation.
- National Tourism Award Recipient 2011-12, by Department of Tourism Government of India presented by the President of India @ New Delhi, March 2013, for Best Responsible Tourism Project.
- Recipient, Sustainable Tourism Award 2014 @ 75th Skat Tourism Congress, Mexico Oct 2014.
- Recipient, Skat Special Recognition Tourism Award by Diversely Care @ 75th Skat Tourism Congress, Mexico Oct 2014.

Road Ahead

Strategies for the implementation of Agrotourism therefore should be adapted to the local context and capacities. Key elements for a successful Agrotourism would include:

- Presenting a site-specific thematic story that includes a central theme or focus for the visitor;
- Exposing visitors to local natural ecosystems and human communities and making them feel about it;
- Educating both the visitors and the villagers;

- Authentic reflection of the reality of rural life patterns – what might be usual for the host community becomes extraordinary and unique for the visitors;
- Linking directly small-scale agriculture with the tourism experience.

Rather than relying on traditional approaches of high capital oriented supplementary agriculture businesses like dairy etc., farmers from rural areas could generate additional income and employment from agriculture based Tourism.

India with its diverse the landscape and a culture of honoring even unannounced guest was ideally suited for grooming Agrotourism niche. With improving road connectivity, communication facilities like smart cell phones and penetration of internet at village level, expansion of electricity grid, development of unconventional energy resources such solar and wind it was right time for Indian farmers to step in. The famers would have to carefully assess their strength and weakness Vis a Vis external forces related to the situation and prepare in-depth business plan for Agrotourism activity before plunging in. Indian villages had been attracting the tourists for more than a decade. Hindi and other regional films had done their bit by glamorizing country sites. Indian tourism and agriculture were linked in an inseparable bond.

It was crucially important to establish and to adhere to world class quality standards and close interaction among all stake holders in improving Agrotourism centers quality. While the timing was good for Agrotourism thanks to a worldwide growing interest of the tourists, half-baked approaches would not succeed. It was important for all stakeholders to take a long-term perspective.

References

- Cawley, M., & Gillmor, D. A. (2008). Integrated rural tourism: Concepts and practice. *Annals of Tourism Research*, 35(2).
- Cordell, H. K. (2008). The latest on trends in nature-based outdoor recreation. *Forest History Today*.
- European Court of Auditors. (2010). Implementation of the leader approach for rural development. Special Report No 5.
- Gupta Shekhar (2015). <http://indiatoday.intoday.in/story/agriculture-rural-india-gdp-economy-narendra-modi-shekhar-gupta/1/442345.html> Accessed at June 2015.

- Kizos, T., & Iosifides, T. (2007). The contradictions of agrotourism development in Greece: evidence from three case studies. *South European Society & Politics*, 12(1), 59-77.
- Kumbhar Vijay Maruti(2009) Agro-tourism: scope and opportunities for the farmers in Maharashtra indiastat.com Sept.-Oct., 2009. Available at <http://www.agritourism.in/>.
- United States Department of Agriculture: National Agriculture Statistics Service eUSDA: NASS. (2007). 2007 Census of agriculture: U.S. state level data. Available at <http://www.agcensus.usda.gov/Publications/2007/>. Accessed at April 2011.
- Press note ATDC 16/05/2008 by ATDC Pvt. Ltd. Available at <http://tourism.gov.in/>.
- Personal discussion with Mr. PandurangTaware
- Wicks, B., & Merrett, C. (2003). Agritourism: An economic opportunity for Illinois. Rural Research Report, 14(9).

APORTACIONES METODOLÓGICAS PARA LA VALORACIÓN DE EMPRESAS EN ECUADOR. DE LA INVESTIGACIÓN TEÓRICA A LA PRÁCTICA

Galo Adolfo Farfán Pacheco²

Farfán, G. A. P. (2018). Aportaciones metodológicas para la valoración de empresas en Ecuador. De la investigación teórica a la práctica. *Tourism and Hospitality International Journal*, 11(1), 26-47.

² (*) Doctorando Universidad de Alicante. Master Europeo en Dirección Estratégica y Finanzas. Universidad de PERU, Lima. Ingeniero Comercial. Universidad de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. Consultor y Asesor-Auditor en el área de Finanzas. Profesor Universitario.

Resumen

La aplicación de las Finanzas Corporativas en contextos de riesgo y en economías globalizadas como las actuales, resulta imprescindible la valoración de empresas de manera acertada, identificada ya, como una importante herramienta para la toma de decisiones, planificación y gestión de los negocios. El presente artículo se centra en los fundamentos teóricos relacionados con la valoración de las empresas, desde la investigación teórica a la práctica, abordando consideraciones generales, finalidades y métodos. Se profundiza en el método Flujos de Caja Descontados (DCF) y se ofrecen una serie de aportaciones metodológicas para desarrollar estos procesos. Las cuales constituyen el objetivo fundamental del presente artículo: proporcionar un marco de referencia teórico y práctico que fundamente la introducción de aportaciones metodológicas en los actuales procesos de valoración de Empresas para el Ecuador.

Palabras clave

Valoración de Empresas, Método de Flujos de Caja Descontados, Aportaciones Metodológicas, Ecuador

Summary

Corporate finance application in distinct contexts of risk and present-day global economies turns out to be essential for company's valuation to be more accurate. Company valuation has been defined already as an important tool for decision making, planning and business management. The present article focuses in the conceptual basis related to company valuation, starting from academic research to the practice field; the study also addresses general observations, purposes and methods. It also deepens in the Discounted Cash Flow (DCF) method and proposes some methodological contributions to develop these processes. The proposal of a conceptual and practical framework that supports the introduction of methodological contributions to the current business valuation processes in Ecuador represents the main objective of this article.

Keywords

Business Valuation, Discounted Cash Flow (DCF) method, Methodological contributions, Ecuador

Resumo

A aplicação das Finanças Corporativas em contextos de risco e em economias globalizadas como as atuais, resulta na imprescindível valorização de empresas de maneira acertada, identificada e, como uma importante ferramenta para a tomada de decisões, planificação e gestão dos negócios. O presente artigo concentra-se nos fundamentos teóricos relacionados com a valorização das empresas, desde a investigação teórica à prática, abordando considerações gerais, finalidades e métodos. Aprofunda-se o método de Fluxos de Caixa Descontados (DCF) e apresenta-se uma série de contribuições metodológicas para desenvolver estes processos, as quais constituem o objetivo fundamental do presente artigo: proporcionar um marco de referência teórico e prático que fundamente a introdução de contribuições metodológicas nos atuais processos de valorização de empresas para o Equador.

Palavras chave:

Valorização de Empresas, Método Fluxos de Caixa Descontado, Contribuições Metodológicas, Equador

Introducción

Los aspectos relacionados con la valoración de empresas, ocupan lugares importantes dentro la Economía Financiera, rama de la ciencia que desde la década de los años 60, comenzó a desarrollar un enfoque normativo y analítico sobre cuestiones básicas de la administración de la empresa, sus objetivos financieros, intereses de propietarios y accionistas entre otros. El desarrollo de este enfoque sustenta además la idea de que el valor se corresponde con las estimaciones sobre los beneficios a largo plazo que realizan los agentes de los mercados financieros y que, a su vez, es compatible con el objetivo clásico de maximización de beneficios (Juárez Ramírez, 2016).

En el ámbito académico a este tema también se le va otorgando importancia, especialmente por motivos relacionados con la multiplicidad de elementos que pueden formar parte del valor de una empresa, por su importancia cuantitativa, así como la evidente dosis de subjetividad que lleva implícito cualquier acto de valoración. Galindo y Lucas (2005) consideran que la Economía de la Empresa y la valoración de sus activos es un tema de trascendental importancia tanto para el ámbito empresarial como académico.

Para Alfaro de la Vega, G. y Céspedes Naveas (2008) la valoración de la empresa constituye un proceso fundamental en todas las operaciones de adquisición o fusión, en planificación estratégica, análisis de inversiones y salidas a bolsa, además permite medir el impacto de las diferentes políticas de la empresa con respecto a la creación, transferencia y destrucción de valor. También es empleada como referencia para evaluar y remunerar a los directivos (sistema de stock options). Otro aspecto a considerar sobre la valoración de empresas es que permite medir el impacto de las diferentes políticas de la empresa en la creación, transferencia y destrucción de valor. A estas premisas básicas, se adiciona fundamentalmente el papel de las valoraciones sobre el comportamiento y variabilidad de los precios en el mercado de los bienes de ventas.

En tal sentido ACCID (2009) citado en García, López y Bedoya (2014) indica que la valoración de empresas está adquiriendo una importancia creciente en el contexto empresarial actual ya que aspectos como fusiones, absorciones o entrada de capital privado requieren de un proceso valorativo acertado para determinar el precio final de una compañía. Esta no solo es necesaria para saber cuánto vale una empresa, sino además si están creando valor u otros propósitos como compra, adquisición, fusión y capitalización, entre otros.

Cuando se valora una empresa es esencial identificar cuál es su estrategia, o sea, cuál es su intención en la dirección de la Compañía a largo plazo. Esta estrategia según García; López y Bedoya (2014) debe estar direccionada a impactar en sus inductores de valor (Tipos de Clientes, Categoría Mercado, Producto o Servicio, Capacidad Productiva, Know How, Método de Ventas, Canal de distribución, Rentabilidad).

Por su parte Sequeda (2014), apunta que la valoración de empresas depende de varias circunstancias que se deben de analizar, entre ellas destaca, la historia financiera contable de la empresa, la metodología a utilizar, la cultura de la gerencia así como la economía donde se desarrollan, plantea además que la valoración de una compañía independientemente de la metodología que utilice, esta constituye un hecho subjetivo y que se deberá establecer límites de acuerdo al objetivo por el cual se realice, proceso que desempeña un papel importante en las negociaciones entre las partes involucradas. Contar con una valoración de la empresa señala el rumbo de la compañía, el crecimiento y la posibilidad de venderla al mercado o fusionarla con otras empresas, tal y como se realiza a nivel global por parte de multinacionales (Soto-Berrocal, 2016).

Los diferentes agentes, ya sean propietarios, administradores, accionistas o expertos valuadores poseen diversas finalidades para valorar una empresa. Según García y Álvarez (2006) estas se clasifican en tres grupos con respecto a los motivos que dan origen al proceso: definir conflictos legales, aprovechar oportunidades de mercado y realizar cambios estructurales en el ámbito interno (ver Figura 1).

Para estos autores en cada caso, la valoración muestra a los interesados elementos que son significativos para la posterior toma de decisiones. También se reconoce la perspectiva subjetiva bajo la que se lleva a cabo la misma. Es por ello que valorar es emitir una opinión que respondería a preguntas acerca de generar valor (circunstancias, valorar para qué y para quién) y contienen grados de subjetividad al momento de realizar la operación (Moscoso & Botero, 2013).

Para Fernández Martínez (2016) desarrollar un proceso de valoración tiene que ver fundamentalmente con el futuro, además identifica una serie de errores que se cometen con frecuencia en estos procesos, los que llega a clasificar en 7 categorías:

- 1) Errores acerca de la tasa de descuento y del riesgo de la empresa;
- 2) Errores al calcular o prever los flujos esperados;
- 3) Errores al calcular el valor terminal;

- 4) Inconsistencias y errores conceptuales;
- 5) Errores al interpretar la valoración;
- 6) Errores al interpretar la contabilidad; y
- 7) Errores de organización.

El estudio de todos ellos constituye un referente importante a tener en cuenta tanto para evaluadores, empresarios y catedráticos como para funcionarios y políticos.

Métodos de Valoración de Empresas

Para desarrollar un proceso de valoración de empresas, se pueden utilizar diversos métodos, dependiendo del sujeto que valora y la finalidad que se persigue. Como respuesta al tratamiento de este tema, ha sido constante, tanto la búsqueda de nuevos métodos de valoración, como la mejora de los modelos ya existentes. Aunque a criterios de Pascual (2009) no se ha establecido una clara distinción entre lo que es un modelo de valoración, una variante de un modelo, y un método de valoración, esto se debe según este autor, a que no existe un único enfoque para el tratamiento del tema.

Según Martínez (2001) existen métodos clásicos de valoración de empresas, y los agrupa en las siguientes categorías:

- Métodos de valoración basados en el patrimonio de la empresa y en la información contable.
- Métodos basados en la capacidad de generación de rentas de la empresa.
- Métodos compuestos.
- Métodos comparativos.

Por su parte Fernández (2008) a, reconoce seis métodos, estos se ilustran a continuación (ver Tabla 1).

Y González Paredes, M. (2015) toma en consideración algunos de los métodos anteriormente mencionados, incorpora otros, y los presenta de la siguiente manera:

1. Flujos de caja descontados
2. Método de capital de riesgo
3. Razones y múltiplos
4. Activos netos
5. Opciones reales

6. Análisis de decisión
7. MVNE basado en el Valor Presente Ajustado
8. Transacciones comparables

Cada uno de estos métodos tiene sus particularidades, el empleo de uno u otro será más idóneo de acuerdo a las características de la situación que se valore. Aunque para Damodaran (2016) existen en finanzas dos modelos generales de valoración: el Modelo del Descuento de Flujos de Caja (Discounted Cash Flow Model, DCFM) y el Modelo de Opciones Reales (MOR).

Aun cuando se han presentado diferentes métodos y criterios de disímiles autores sobre la aplicación de un método u otro, está claro que cada uno tiene sus particularidades y en ellos van a influir tanto elementos internos como externos, objetivos y subjetivos de la empresa en cuestión. En cualquier caso, e-Valora sugiere que lo más adecuado es no confiar en un solo método y que además los resultados de al menos dos métodos sean comparados y complementados el uno con el otro, ya que de esa forma se puede alcanzar una estimación más precisa del valor de una empresa.

De acuerdo con los objetivos del presente artículo se considera oportuno centrar la atención en el método de los Flujos de Caja Descontados (DCF, Discounted Cash Flow), así como en adaptaciones del CAPM para su aplicación a mercados desarrollados y emergentes.

El CAPM ofrece una forma sencilla para predecir el riesgo de un activo, separar el riesgo sistemático y el riesgo no sistemático. Representa un paso de avance al buscar la maximización del retorno de cada acción y obtener con ello un portafolio aún más rentable.

Este modelo ha tenido algunas adaptaciones, entre ellas la más popular es probablemente la siguiente:

$$\text{CAPM} = \text{RF} + \text{B} * [\text{E}(\text{RM}) - \text{RF}]$$

Las variantes de este modelo de acuerdo a las estimaciones de los analistas, tienen en común, la estimación de una tasa de descuento usando el CAPM como modelo base y luego incrementando la resultante tasa de rendimiento requerida con una medida del riesgo país. Otro particular es que además de agregar la prima por riesgo país a la tasa de descuento, los analistas también afectan los flujos de fondos con las incertidumbres del país. Lo que implica que se contabiliza dos veces el riesgo país. No siendo esto una práctica muy adecuada.

Agregar alguna clase de prima por riesgo país al CAPM no resulta la mejor forma de imputar este riesgo:

1. El riesgo país no es el mismo para todos los activos: No se debería aplicar la misma prima a todos los activos de un país en particular. Algunos países tienen mejor reputación en algunos sectores económicos que en otros. Por lo que, en los sectores de mayor reputación la prima debería ser menor.
2. El riesgo país no es totalmente sistemático: Agregar una prima por riesgo país a la tasa libre de riesgo y en consecuencia a la tasa obtenida por el CAPM, implica asumir que el riesgo país es totalmente sistemático o no diversificable. Sin embargo, la evidencia empírica sugiere que los rendimientos de activos que cotizan públicamente en mercados desarrollados o en desarrollo, no están altamente correlacionados. Esto, podría sugerir que al menos una buena porción del riesgo país es diversificable.

A modo de resumen se puede plantear que, agregar una prima por riesgo país al rendimiento esperado obtenido por el CAPM, constituye una adaptación interesante, pero que carece de justificación teórica.

Diseño Metodológico

El presente artículo está sustentado en los estudios realizados como parte de mi tesis doctoral. Se parte de los fundamentos de las ciencias económicas, y la combinaron elementos cuantitativos y cualitativos para obtener información de fuentes primarias y secundarias, abarcar aspectos financieros de carácter objetivos y subjetivos. Metodológicamente su desarrollo es de tipo no experimental transeccional o transversal, ya que los fenómenos han sido observados en su contexto natural y en un período de tiempo determinado (2012-2017) representado 5 años de observación, estudio y análisis para arribar a propuestas concretas. La recolección de los datos, así como las variables fueron descritas y analizadas de acuerdo a su incidencia e interrelación, sin ser manipuladas. El análisis y recolección de datos, posibilitaron la identificación de las relaciones existentes entre sus indicadores a fin de extraer generalizaciones significativas que contribuyeron a la profundización del conocimiento sobre el tema central abordado. Dentro de los métodos que fueron empleados destacan: del nivel teórico: histórico-lógico, análisis y síntesis, sistémico estructural,

inducción-deducción. Y del nivel empírico: análisis de documentos, el criterio de expertos, la observación (no participativa).

Aproximaciones teóricas para las aportaciones metodológicas

Prestigiosos autores en el tema de la valoración de empresas, como: Damodaran, Fernández, Rendón, Black y Scholes, Jaramillo, JP Morgan, Modigliani y Miller, Ribeiro, Barrios, Cano, Bustamante, Vazzano, Pereiro, Ortega-González, G., Fernández, E. M., en sentido general, han elaborado, modificado o enriquecido tanto la teoría como la práctica de los diferentes métodos para la evaluación de las empresas. Labor que ha contribuido a constatar que no existe un método único que prevalezca sobre los otros, ya que el empleo de uno u otro, depende de varios elementos como la calidad de la información, el tipo de empresa, el entorno económico, el criterio del analista o los objetivos que se persigan, entre otros. Aunque existe un consenso generalizado en la literatura especializada, que identifica al modelo o método de flujo de caja descontado (FCD) como el método más utilizado. Los argumentos expresados por estos autores han servido de sustento teórico de forma concreta para el desarrollo del presente artículo, y de forma extendida para el desarrollo de la tesis doctoral de este autor.

Con respecto a la aplicación de diferentes métodos en economías emergentes, varios de los autores mencionados coinciden al afirmar que existen dificultades para aplicarlos, debido a que no existe suficiente información de los sectores, o la inexistencia de mercados financieros maduros, situación que demarca la necesidad de proponer métodos aplicables a estos entornos.

Sobre la importancia de conocer las condiciones del entorno para proyectar la situación y evaluación de la empresa, Jaramillo (2010) afirma que éste es indispensable para poder pronosticar con acierto la situación de la empresa a futuro, mediante su valoración requerida. Apunta además determinados factores externos como los más influyentes y que pueden afectar la situación de la empresa, con los cuales el autor se identifica y menciona a continuación:

- políticos (leyes y políticas de Estado).
- financieros (oferta y demanda, competencia, costos, riesgo país, inflación, TLC, PIB, tasa de interés, etc.).
- socioculturales (costumbres y comportamientos).

- tecnológicos (avances en tecnología para el sector de la empresa).

Consideraciones sobre la Inflación en Ecuador

La inflación constituye un aspecto muy importante tanto a nivel personal como empresarial, según sea con independencia del país que corresponda, ésta es un factor macroeconómico que encarece los costos y gastos mediante el incremento de precios Valverde Gallegos, J. E., y Villacis Molina, H. G (2016). Sobre ella varios investigadores del tema opinan que sea incluida en la rentabilidad exigida para compensar la pérdida de poder adquisitivo Jurado Rodriguez, E. M., y Pineda Alvear, M. A. (2016). A la vez que se toma en consideración su influencia sobre las variables financieras, ya que la inflación impacta directamente aumentando el costo capital, el que a su vez puede ser compensado mediante dos formas:

- 1) el ajuste de la depreciación por inflación, que incrementa el ahorro tributario.
- 2) el beneficio adicional por la tasa diferencial de inflación entre los mercados de productos y los de insumos.

En Macroeconomía se utilizan los términos de Diferencial de Inflación o Inflación Diferencial, para hacer referencia a la diferencia de las tasas de inflación existentes entre dos espacios geográficos, en estos casos según la teoría económica se plantea que si éstas se sostienen durante períodos largos, por lo general provocarán que el país con mayores tasas de inflación sufra un aumento de costes de producción y por consiguiente una pérdida de competitividad.

Ecuador tiene baja inflación, pero acumula permanentemente un diferencial respecto a EEUU lo que significa que a lo largo de los años el país es menos competitivo con respecto a EEUU y al resto del mundo. Este es un problema para la economía productiva ecuatoriana, que comenzó desde el mismo inicio de la dolarización cuando los precios aumentaron un 130% más que en EEUU y desde el 2007 un 30%. Este constituye un resultado inevitable ya que, a igualdad de condiciones, los países pequeños siempre tienen una mayor inflación, incluso aunque tengan economías abiertas. Otro aspecto a colación es que, según Guillermo Oglietti / CELAG (2016) al no tener soberanía monetaria, Ecuador no puede aplicar devaluaciones competitivas para desacelerar las importaciones.

En los empresarios ecuatorianos se evidencian preocupaciones por el estado de los resultados del periodo reflejado desde el inicio de la dolarización hasta la fecha actual, con respecto a márgenes de utilidad, crecimientos de las ventas y las utilidades netas, entre otros. Aspectos que poseen relación estrecha con el propósito de aumento del valor de la empresa. Y a su vez con los procesos de valoración de las mismas.

Por otro lado, estos empresarios aún no han desarrollado el uso de la valoración de sus empresas, asumiendo con toda certeza las características del país y además las entidades de control no lo contemplan como parte de la información que deben presentar las mismas. Por ello, como se fundamenta en el capítulo 3, que existen diversos modelos para valorar una empresa, y en correspondencia con los objetivos de la presente investigación primeramente se recomendará una metodología factible a la cual se le introducirán aportaciones metodológicas para que se ajuste a las características y demandas del Ecuador, en tanto que constituya una herramienta de análisis simple aunque con todo rigor y fiabilidad para que las empresas ecuatorianas comiencen a desarrollar sus procesos de valoración y mediciones de creación o destrucción de valor adecuadamente.

En tal sentido se recomienda el Flujo de Caja Descontado, método que se aplica para determinar el valor de una empresa, fundamentalmente en América Latina, mediante la proyección de los flujos de caja futuros esperados por la compañía a lo largo de su existencia futura. Su acertado uso se corresponde por considerar a la empresa como una organización generadora de fondos, que en consecuencia debe ser valorada como un activo financiero que posee un valor presente bajo determinadas condiciones.

Particularidades de la valoración de empresas en Ecuador

Ecuador es un país dinámico, caracterizado por rápidos y complejos cambios, donde la valoración de empresas aún no se corresponde con la realidad nacional y no ha tomado la importancia requerida dentro del sector económico empresarial, en función de lograr un modelo de valoración de empresas que se adapte a las condiciones económicas, financieras y sociales del país.

Concebir los procesos de valoración en las empresas ecuatorianas, demanda considerar de forma innovadora los aspectos económicos del país y su comportamiento en los últimos años, para que las iniciativas financieras que se desarrollen, constituyan fieles reflejos de la

realidad y estén encaminadas a reportar beneficios al país en términos monetarios. López Ayala, I. A., y Mora Analuisa, C. A. (2014).

En Ecuador la dolarización ha ejercido un impulso a los flujos de capital tanto privados, como públicos. Desde el punto de vista político-económico, esta ha permitido que el país tenga acceso a recursos internacionales de dólares. Sin embargo, Tas, B. K. O., y Togay, S. (2014) indican que, aunque el desempeño económico de Ecuador mejoró como consecuencia de la dolarización, aún persisten los problemas económicos de índole estructural fundamentales, entre los que mencionan la inestabilidad política y la desaparición de la política monetaria independiente, estos problemas, entre otros implican que el país continúe siendo susceptible a las crisis.

Según la Oficina de Información Diplomática del Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación de Ecuador, en su documento de Ficha País (2017) expone cifras del comportamiento actual de la estructura exportadora del país, donde se evidencia que el 61.6% de las exportaciones ecuatorianas se agrupan en siete países: EE.UU, con el 32.7%, Chile (6,4%), Rusia (4.6%), Perú (5,4%), Panamá (4.1%), China (3.6%) y Colombia (4,8%). Por su parte la Unión Europea representa el 14.6% de las exportaciones ecuatorianas, mientras que Asia representa el 11.47% de las exportaciones del Ecuador. Y con respecto a las importaciones el 54,9% de las mismas se concentran en cuatro países: EE.UU. con el 25,6%, la República Popular China (15,5%), Colombia (8,8%), y Panamá (5%). Donde se refleja que un elevado por ciento de los socios comerciales más importantes de Ecuador utilizaban el dólar estadounidense como medio de intercambio, lo cual debía implicar que la dolarización oficial podría significar estabilidad para las exportaciones ecuatorianas.

Aun con este entorno, en Ecuador para calcular la tasa de descuento en las valoraciones empresariales, se aplica para mitigar el riesgo, la agregación de una prima por riesgo país, es decir, de aquel riesgo total que los inversionistas asumen al invertir, de igual forma que en otras economías emergentes producto del riesgo político, económico y financiero, así como de riesgos de fuerza. En tal sentido el riesgo país no es atribuible a la tasa de descuento, sino al entorno que lo rodea y si bien éste se incluye en la tasa de descuento, quizás esta no es la mejor forma de hacerlo en todos los casos, debido a que parte del riesgo país es diversificable, con lo cual, algunas empresas pueden eliminar una parte de este riesgo.

Al respecto Rendón, W. M. (2017) reflexiona sobre el riesgo país y las limitaciones de la aplicación del modelo original del CAPM en el caso de mercados de valores poco desarrollados:

1. la imposibilidad de estimar la beta a partir de precios históricos en la misma economía;
2. la imposibilidad de calcular la prima por riesgo de mercado a partir de índices bursátiles locales;

en ambos casos por falta de presencia bursátil de los títulos lo que genera series de precios sin movimientos durante vario días, o semanas, sin que eso implique necesariamente que las expectativas sobre los títulos no hayan cambiado durante dichos periodos.

Para ambos casos Rendón argumenta, que en el primero se puede recurrir a betas referenciales de la industria que se ajustan según el apalancamiento financiero, apalancamiento operativo, y los impuestos a los que está expuesta la empresa evaluada.

Mientras que para el segundo caso propone ajustar el CAPM o utilizar modelos diferentes, que siguen siendo debatibles como el mismo CAPM.

Con respecto a posibles ajustes al CAPM para reflejar diferencias en riesgo de mercado, en un documento de Damodaran (2008) se presentan diferentes formas en que se puede ajustar el Modelo CAPM para determinar el costo patrimonial en países con mercados de valores poco desarrollados. En este siempre se parte de tener como referencia la prima por riesgo histórica de un mercado desarrollado como el de Estados Unidos y posteriormente el ajuste al país donde se encuentra la empresa o proyecto evaluado.

Entre las alternativas propuestas está que algunas utilizan volatilidades relativas del mercado accionario que se esté evaluando con respecto al estadounidense. Por tanto, cuando un mercado tiene una volatilidad igual a 1.2 veces, la volatilidad del mercado accionario estadounidense, debería tener una prima igual a 1.2 veces la prima estadounidense. Por otro lado, se presenta un modelo que agrega el riesgo país al CAPM (dividido para 100 y en porcentaje, por ejemplo: riesgo país de 700 puntos = 7%).

Estos modelos con volatilidades no se deben utilizar en el caso ecuatoriano porque en este mercado accionario los índices bursátiles muestran poco movimiento por la poca presencia bursátil de los títulos que los conforman. Por lo que aparece como alternativa el agregar el riesgo país al CAPM. Sin embargo, por ser un indicador muy volátil puede darse el caso de que en momentos con riesgo país muy alto, se sobredimensione la tasa de descuento, lo que

implicaría castigar mucho los flujos futuros y llegar a que los valores obtenidos en la valoración de la empresa tengan un VAN negativo.

Para el caso específico de Ecuador, Rendón opina que es práctico observar el riesgo país y sumarlo a la tasa, pero en este caso sumar un riesgo país de 6000 puntos (60%) a la tasa de descuento carece de sentido, ya que no debe haber negocio lícito que pueda enfrentar tanto riesgo como el que tienen los tenedores de deuda ecuatoriana. Además, argumenta que el riesgo país expresado conceptualmente debe reflejar situaciones políticas o económicas específicas del país que imposibiliten el pago de créditos o compras de bienes o servicios a inversionistas o agentes extranjeros. El factor político puede identificarse con la decisión de un gobierno de no pagar cierta deuda, no porque no tenga dinero, sino porque la considera ilegítima. O que restrinja la salida de capitales de manera que las empresas no puedan hacer pago a ciertas obligaciones. Por su parte el factor económico puede identificarse con una devaluación de la moneda local que imposibilite el pago de parte de alguna obligación en moneda extranjera (no aplica para Ecuador, su moneda es el dólar). O que un gobierno se vea afectado por la caída de sus ingresos petroleros de manera que sus recursos sean insuficientes para pagar parte de sus obligaciones externas, o que decida reestructurarlas.

El tradicional indicador de riesgo país que los mercados toman como referencia (calculado por JP Morgan), en Ecuador se limita a medir el diferencial (spread) en el rendimiento de la deuda soberana con respecto al rendimiento de los bonos del tesoro de los EEUU, este se denomina Riesgo Soberano, que es algo menos amplio que el Riesgo País. Este indicador visible de riesgo país, el de JP Morgan (1995) refleja realmente el riesgo soberano y puede no incluir ciertos factores que también forman parte del riesgo país. Estos no influyen de igual manera en todas las empresas, por lo que incluir el riesgo país en las tasas de descuento podría tanto sobreestimar como subestimar las tasas. Cuestión que conduce a estar de acuerdo con Rendón, W. M. (2017) al afirmar que por un lado si no es lo más factible usar el riesgo país en la tasa, peor aún es utilizar un indicador impreciso.

Otro aspecto a considerar sobre el riesgo país, es que este es asimétrico o unilateral, ya que refleja la posible escasez de flujo de efectivo atribuible a problemas económicos, políticos, sociales o legales que con frecuencia aparecen en las economías emergentes. Esta naturaleza unilateral y específica de la firma del riesgo país, implica que el intento de captar sus efectos en la tasa de descuento equivale a una sobre simplificación del problema. Por ello se considera que este enfoque es insatisfactorio, y se sugiere que el impacto del riesgo

país sobre los valores se incorpore en los flujos de efectivo estimados simulando los efectos de las crisis potenciales. De esta forma se puede volver a la estimación de los valores esperados incondicionales que luego pueden ser descontados con tasas de descuento globales no ajustadas. Y así se podrá modelar el impacto diferencial del riesgo país para diferentes empresas o industrias.

El análisis de varios documentos y la constatación empírica conducen a estar de acuerdo en que diversas metodologías actuales basadas en los ajustes de la tasa de descuento presentan varios problemas, ya que por una parte, la práctica de añadir el riesgo país a las estimaciones del CAPM, quebranta la esencia del modelo relacionada con el reflejo en ellas sólo de los riesgos "simétricos" (o bilaterales) no divisibles. Sin embargo, el riesgo país no es simétrico y puede ser al menos parcialmente diversificable (aunque, con respecto a este último, algunos modelos de correlaciones dinámicas entre países dan cierto apoyo a esta visión alternativa). Por otra parte, las técnicas populares suelen ver el impacto del riesgo de mercado emergente en el país, como el mismo para todas las empresas. Sin embargo, existen diversos documentos que argumentan que el efecto del riesgo país sobre los valores corporativos debe depender de características específicas de la empresa o de la industria.

Propuesta de Aportaciones Metodológicas

Como resultado de la investigación desarrollada, a continuación se presentan aportaciones metodológicas al método de Descuento de flujo de caja, a aplicar en Ecuador de acuerdo a condiciones actuales que presenta el país, las que a criterios del autor serán de gran utilidad tanto teórica como práctica, en los procesos de valoración de empresas, en lo concerniente a evitar el encarecimiento de las tasas de descuentos, sobrevalorarlas o subestimarlas, medición de la creación o destrucción de valor. Todo lo cual conlleva a proponer concretamente, que en vez de agregar el Riesgo País, se agregue el diferencial de inflación entre Estados Unidos y el Ecuador.

Para el desarrollo de Método del Descuento del Flujo de Caja Libre, varios autores siguen diferentes pasos o procedimientos, y al respecto el autor toma como referencia los indicados por Cruz Espinoza, Suárez, y Arquímides (2013):

- A. bases para la simulación de la valoración
 - Proyección de ventas

- Proyección de Costos y Gastos
- Proyección de la Depreciación y Amortización de la deuda.
- Proyección del Balance de Resultados
- Proyección del Balance General
- B. Estimación de la tasa de Descuento
 - - (WACC)
- C. Construcción de los Flujos de Caja Libres y Valoración
 - Obtener la Utilidad Neta proyectada
 - Determinar el Flujo de Caja Libre
 - Obtener el Escudo Fiscal y la perpetuidad
 - Obtener el valor actual de: a) Flujos Proyectados, b) Escudo Fiscal
 - Obtención de la valoración de la Compañía

A partir de ellos, se estiman las particularidades de Ecuador y su situación actual y a continuación, se establecen los pasos a seguir para el desarrollo de este método desde la concepción del autor.

1. Elaboración de las proyecciones financieras
2. Obtención de los flujos perpetuos.
3. Determinación de las variaciones de las Necesidades Operativas de Fondos (NOF), Inversiones en activos fijos y las depreciaciones anuales.
4. Preparación del Flujo de Caja Libre de la empresa de los flujos periódicos e inclusión del flujo de caja perpetuo.
5. Determinación de la tasa de descuento (WACC).
6. Descontar los flujos de cajas periódicos según paso uno, y descontar los flujos perpetuos.
7. Calcular el valor de la empresa.
8. Analizar sensibilidad, considerando las variables más relevantes (Variaciones del WACC, y de las variaciones de los volúmenes de ventas).

Conclusiones

- Se ha identificado una clara preferencia con respecto al empleo del Método de Flujos de Caja Descontados para la valoración de empresas, sobre éste, muchos autores

opinan que además de su correcta fundamentación conceptual, permite la generación de parámetros y proyecciones idóneas que aportan datos suficientes para la identificación de valor de una compañía, sin embargo, también ha quedado evidenciado que varios de estos mismos autores sugieren que sobre la base de este método, se realicen ajustes o adecuaciones que complementen la valoración de acuerdo a las particularidades de la empresa a valorar, sin que esto en ningún momento signifique el descarte del método tradicional.

- La valoración de empresas en los mercados emergentes resulta una tarea crítica, dado que estas economías no proporcionan información confiable para estimar parámetros de valoración basados en datos locales. Investigadores y académicos han sugerido determinados ajustes entre ellos, al CAPM. Estas recomendaciones se centran principalmente en alternativas para modificar la tasa de descuento y hacer frente al riesgo adicional (o denominado "país") asociado a la inversión en economías emergentes. A juicio del autor y basado en los resultados de la investigación, se estima que esta cuestión debe abordarse desde una perspectiva diferente, donde se enfatice en la estimación más precisa de los flujos de efectivo.
- Las metodologías actuales basadas en los ajustes de la tasa de descuento presentan varios inconvenientes en los países con mercados emergentes. Por un lado, la práctica de añadir el riesgo país a las estimaciones del CAPM altera la esencia del modelo, según el cual las tasas de descuento deben reflejar sólo riesgos "simétricos" (o bilaterales) no divisibles. Sin embargo, el riesgo país no es simétrico y puede ser al menos parcialmente diversificable (aunque, con respecto a este último, algunos modelos de correlaciones dinámicas entre países dan cierto apoyo a la visión alternativa). Por otra parte, la aplicación de técnicas populares suele considerar al impacto del riesgo de mercado emergente en el país, de igual manera para todas las empresas o industrias. Sin embargo, el análisis de las particularidades de cada empresa justifica la formulación de opiniones opuestas, ya que el efecto del riesgo país sobre los valores corporativos tiende a cambiar dependiendo de las características específicas de la empresa o de la industria.
- La utilización de una metodología sustentada en los fundamentos de las ciencias económicas en su sentido más amplio, así como de los requerimientos del paradigma constructivista, combinando elementos metodológicos cuantitativos y cualitativos

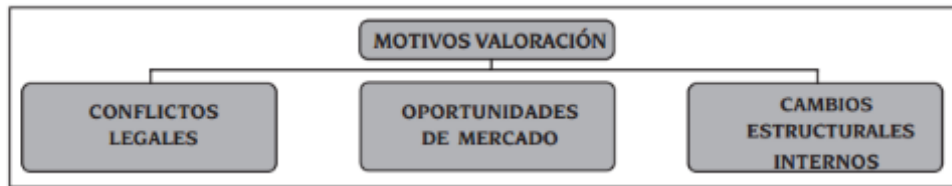
para obtener información de fuentes primarias y secundarias, abarcar aspectos financieros de carácter objetivos y otros subjetivos, permitió llevar a cabo el desarrollo íntegro de la investigación, que sustenta este artículo, y cumplir los objetivos propuestos. Llegando a considerar que para evitar encarecer tasas de descuentos, sobrevalorarlas o subestimarlas, en vez de agregar el Riesgo País, se debe considerar agregar el diferencial de inflación entre la de Estados Unidos y el Ecuador, de forma tal que los procesos de valoración de empresas, evidencien de manera fiable sus realidades concretas en sus mediciones sobre creaciones o destrucción de valor.

Referencias

- ACCID. (2009). *Valoración de empresas: Bases conceptuales y aplicaciones prácticas*. Profit Editorial.
- Alfaro de la Vega, G. & Céspedes Naveas, J. (2007-08). Valoración de empresas vía flujos de caja. Recuperado de <http://repositorio.uchile.cl/handle/2250/134945>.
- Cruz Espinoza, F. M., Suárez, R., & Arquímides, M. (2013). Artículo Científico-Como determinar el Valor de la acción de las Empresas en Marcha.
- Damodaran, A. (2009). *Finanças corporativas: Teoria e prática*. Bookman Editora.
- Damodaran, A. (2016). *Damodaran on valuation: Security analysis for investment and corporate finance*, 324. John Wiley & Sons.
- Fernández Martínez, Á. (2016). Responsabilidad social corporativa: El caso Volkswagen.
- Fernández, P. (2008). Métodos de valoración de empresas. *PricewaterhouseCoopers Professor of Corporate Finance*. 48p. Madrid. IESE Business School.
- Galindo Lucas, A., & Lucas, A. G. (2005). *Fundamentos de valoración de empresas* (No. 33 330). e-libro, Corp.
- García, C. E., López, G. M., & Bedoya, J. (2014). *Valoración de la empresa AGAVAL SA para llevar a cabo el proceso de compra* (Bachelor's thesis, Universidad de Medellín).
- García, R. D. Á., & Álvarez, A. F. B. (2006). Las razones para valorar una empresa y los métodos empleados. *Semestre económico*, 9(18), 59-83.
- González Paredes, M. (2015) *Modelo de valoración de nuevas empresas*. Master's thesis. Recuperado de

<http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/134455/Modelo%20de%20valoraci%C3%B3n%20de%20nuevas%20empresas.pdf?sequence=1>

- Jaramillo Betancur, F. (2010). Valoración de empresas. *Bogotá: ECOE*, 411.
- Juárez Ramírez, E. (2016). La valorización empresarial y sus efectos en la cotización de las mineras junior en la Bolsa de Valores de Lima el año 2014-2016.
- Jurado Rodriguez, E. M., & Pineda Alvear, M. A. (2016). *Ajuste de Los modelos de valoración de empresas para su aplicación a las pequeñas y medianas empresas en el Ecuador* (Master's thesis, Espol).
- López Ayala, I. A., & Mora Analuisa, C. A. (2014). *Valoración de empresas en el Ecuador* (Bachelor's thesis, Quito: Universidad Del Pacífico).
- Martínez, M. D. C. V. (2001). Métodos clásicos de valoración de empresas. *Investigaciones europeas de dirección y economía de la empresa*, 7(3), 49-66.
- Morgan, J. P. (1999). Introducing the JP Morgan emerging markets bond index global (Embi Global). *Methodology Brief, JP Morgan, New York*.
- Moscoso Escobar, J., & Botero Botero, S. (2013). Métodos de valoración de nuevos emprendimientos. *Semestre económico*, 16(33), 237-264.
- Pascual, L. B. (2009). Valoración de empresas por descuento de flujos de caja: Proyección de ratios y estimación del valor terminal por múltiplos. *Revista Universo Contábil*, 5(2), 125-141.
- Rendón, M. E. M., & García, M. L. S. (2015). El gobierno corporativo y el comité de auditoría en el marco de la responsabilidad social empresarial. *Contaduría y administración*, 60(2), 486-506.
- Rendón, W. M. (2016). *La pérdida de valor en activos estratégicos: El caso de la dilución de marcas* (Doctoral dissertation, Universidad Carlos III de Madrid).
- Sequeda, P. (2014). *Finanzas Corporativas y valoración de empresas*. Bogota: Ediciones de la U.
- Soto-Berrocal, J. C. (2016). Modelo de valoración de una empresa holding Centroamericana.
- Tas, B. K. O., & Togay, S. (2014). Efectos de la dolarización oficial en una pequeña economía abierta: El caso de Ecuador. *Investigación económica*, 73(290), 51-86.
- Valverde Gallegos, J. E., & Villacis Molina, H. G. (2016). *Evaluación de métodos de valoración para empresas pymes comerciales ecuatorianas* (Master's thesis, Espol).



Fuente: Álvarez García, García Monsalve, y Borraez Álvarez (2006)

Figura 1. Razones que motivan la valoración de una empresa.

Tabla 1

Principales métodos de valoración de empresa.

PRINCIPALES METODOS DE VALORACION					
BALANCE	CUENTA DE RESULTADOS	MIXTOS (GOODWILL)	DESCUENTO DE FLUJOS	CREACION DE VALOR	OPCIONES
Valor contable	Múltiplos de:	Clásico	<i>Free cash flow</i>	EVA	Black y Scholes
Valor contable ajustado	Beneficio: PER	Unión de expertos	Cash flow acciones	Beneficio económico	Opción de invertir
Valor de liquidación	Ventas	Contables europeos	<i>Dividendos</i>	<i>Cash value added</i>	Ampliar el proyecto
Valor sustancial	Ebitda	Renta abreviada	<i>Capital cash flow</i>	CFROI	Aplazar la inversión
Activo neto real	Otros múltiplos	Otros	APV		Usos alternativos

Fuente: Fernández P (2008).

EMPRENDIMIENTOS EN EL ECUADOR. UN ENFOQUE MULTIDIMENSIONAL PARA SU DESARROLLO

Geovanny Xavier Mendoza Arteaga³

Mendoza, G. X. A. (2018). Emprendimientos en el Ecuador. Un enfoque multidimensional para su desarrollo. *Tourism and Hospitality International Journal*, 11(1), 48-73.

³ Doctorando Universidad de Alicante, PhD Universidad de Niwport, Master en Dirección de Empresas en el IDE, Master en Negocios Internacionales en la Universidad Espiritu Santo.

Resumen

La importancia del emprendimiento para el desarrollo de las naciones actualmente es incuestionable, por lo que el análisis y tratamiento del tema adquiere especial relevancia. El presente artículo sustenta un marco teórico donde se analiza y fundamenta el fenómeno del emprendimiento desde el punto de vista multidimensional, este sirve de base para desarrollar su objetivo principal, el consiste en: presentar argumentos sobre los enfoques económicos, psicológicos, socio-cultural y gerenciales, necesarios para el desarrollo del fenómeno del emprendimiento a tono con las demandas internacionales y las características de Ecuador. Se profundiza sobre el significado, sentido actual y necesidad de la cultura emprendedora, partiendo desde las ciencias económicas, aunque con carácter multidisciplinar y constructivista, con visión holista, sistémica, y evolutiva de la realidad.

Palabras claves

Emprendimiento, Ecuador, Multidimensional, Visión holista, Enfoques económicos, psicológicos, socio-cultural y gerenciales

Introducción

El tema del emprendimiento ha sido estudiado desde diversas disciplinas como la economía, las finanzas, la sociología, la historia y la psicología fundamentalmente, lo que ha influido para que no exista una teoría única. Para Amit, Glosten, y Muller (1993) resulta difícil lograr una única teoría completa y robusta, debido al carácter interdisciplinar del emprendimiento. Así también, Vesper (1983) y Gartner (1985) se identifican con las ideas de estos autores y además plantean que esta misma interdisciplinariedad contribuye a que no se llegue a un acuerdo sobre una definición común y por tanto, frena el progreso de investigaciones.

La diversidad implícita en estas valoraciones evidencia nítidamente que aún no se llega a un consenso sobre el tema en cuestión, incluso según Gartner (1990) el emprendimiento está constituido por una gran cantidad de puntos de vistas. No se cuenta con una definición que sea aceptada íntegramente por todos los economistas y mucho menos por investigadores de otras ciencias. No obstante, y a pesar de que estas valoraciones emanan desde perspectivas y corrientes de pensamientos diferentes, en esencia poseen determinados puntos de convergencia. Así, distinguen al emprendedor como elemento necesario para el crecimiento económico, como individuo que está más alerta que otros para encontrar y explotar oportunidades, impulsado por la necesidad de innovar y tomar riesgos hacia lo desconocido, lo que se entiende como su capacidad para trabajar con un alto grado de incertidumbre.

Con la intención de enmarcar la evolución histórica sobre la investigación de la actividad emprendedora, se asumen las etapas o períodos históricos establecidos por Díaz (2002), así como la quinta etapa propuesta por Vallmitjana (2014), a continuación, se argumentan sucintamente.

Primera Etapa: S. XVIII – S. XIX. Teoría Clásica del Empresario

Se considera ésta como una etapa introductoria, que transita sobre un marco de definiciones esencialistas y de discernimiento sobre el empresario, así como de la figura del emprendedor, su posición, funciones y alcances.

Segunda Etapa: Primera Mitad del S. XX. La Escuela de Harvard

Esta etapa se caracteriza por la proliferación de estudios históricos sobre empresas, bancos y otras clases de negocios, divulgación de biografías de empresarios y sus consiguientes funciones. Muchos de estos estudios se publicaron bajo el título de Harvard Studies in Business History y en el Journal of Business and Economic History.

Tercera Etapa: 1950-1979

Esta etapa se caracteriza por el inicio del programa de investigación científica en el campo de las ciencias empresariales o dirección de empresas, centrandos los estudios en el empresario, la función empresarial, a la vez que se configuran las diferentes vertientes: pequeña y mediana empresa (PYMES), empresa familiar y la creación de empresas.

Cuarta Etapa: 1980-2000

Esta etapa se caracteriza por la consolidación de concepciones, posiciones y acciones en favor de fomentar la cultura de empresa, de diseñar reformas en los sistemas de educación, cambios culturales y medidas para mitigar los obstáculos en la creación de nuevas empresas y dotar a las personas de la cualificación necesaria para poder llevar adelante y con éxito sus proyectos. También se caracteriza por propiciar entornos favorables para la creación, desarrollo y transmisión de empresas, y su correspondiente simplificación administrativa, entorno financiero, normativo y acceso a programas comunitarios como los de Investigación y Desarrollo (I+D); y los Fondos Estructurales.

Quinta Etapa: 2001-presente

De acuerdo con los planteamientos de Díaz, 2002; Lasch & Yami, 2008, Vallmitjana 2014 y Carrillo, L. L et al. 2014, en la actualidad la investigación sobre el emprendimiento ha llegado a convertirse en un campo de investigación reconocido por la comunidad científica y aunque existe gran diversidad de enfoques, y plena progresión de abordaje teórico-práctico, se evidencia una marcada tendencia a intentar establecer distinciones conceptuales

precisas, aumenta el número de investigadores, afloran estudios enfocados a la construcción de modelos, políticas y programas basados en metodologías de la investigación cualitativa o mixta, la participación de los investigadores en grupos multidisciplinarios y contribuciones a nivel internacional, así como el estudio de casos, todos con mayor sistematicidad y la intención de comprender y profundizar en el fenómeno emprendedor en Europa.

En la actualidad el concepto de emprendimiento es concebido como un elemento multidimensional, que está influenciado por diversos factores, como lo económico, social, ambiental y jurídico, entre otros (Garcés, 2015). Cuestión que matiza la no existencia de un concepto único, aunque sí, el consenso en su carácter de innovador, creativo y transformador, así como la presencia de características particulares en quienes emprenden.

En torno al tema del emprendimiento se han identificado diversos enfoques con relación a las distintas teorías que lo abordan, de acuerdo al objetivo del presente artículo, se asume la clasificación realizada por Veciana (1999) quien considera cuatro enfoques teóricos (ver Figura 1):

- 1) económico
- 2) psicológico
- 3) socio-cultural
- 4) gerencial

Los que a continuación serán abordados brevemente, sobre la base de las teorías que cada uno de ellos enfatiza y representa.

El Enfoque Emprendedor desde la Economía

La evolución, desarrollo y tendencias del emprendimiento abordado desde el enfoque de las ciencias económicas, conglomeran aspectos esenciales de las principales escuelas, corrientes del pensamiento y principios de esta ciencia. En este epígrafe se pretende ilustrar el papel que desempeña el emprendedor en la economía, visto como eje vertebral para el crecimiento económico; en tanto que es a la vez generador y colofón.

Desde los principios de esta ciencia relacionados con el emprendimiento, se avista la existencia de conformidad de criterios que reconocen el valor del emprendimiento y la creación de pequeñas y medianas empresas, como motor impulsor para la generación de empleo y desarrollo económico. Podemos afirmar que hay una considerable relación entre

emprendimiento y crecimiento económico (Birch, 1979; Bird, 1993; Birley & Whestead, 1994; White y Reynolds, 1996; Parker, 2004; García, 2010; Guerrero, M.; Cunningham, J. A.; Urbano, D. 2014; Torres, F., & Wileidy, A. 2015).

Desde la economía se reconocen cuatro teorías fundamentales:

1. Teoría del cuarto factor de producción.
2. Teoría del beneficio del empresario.
3. Teoría del desarrollo económico.
4. Teoría de los costes de transacción.

La Teoría del cuarto factor de producción: Say (1840), Mill (1848) y Marshall (1890), otorgan gran notoriedad a la organización de los negocios e identificaron al empresario como "el cuarto factor de producción" diferenciado del trabajador, del terrateniente y del capitalista. En esencia esta teoría, concibe al empresario como aquella persona que arrienda la tierra del terrateniente, las capacidades del trabajador y los bienes de capital del capitalista, y los combina de acuerdo al área que desarrolle, ya sea la industria, el comercio o la agricultura.

La Teoría del beneficio del empresario: Cantillon (1755), Weber (1921) y Knight (1921), explican la función del emprendedor a partir de la estimación del trinomio: beneficio, incertidumbre y riesgo. Asocian la decisión del empresario de asumir riesgos, conseguir medios de producción y organizar la actividad económica, con la intención de alcanzar beneficios una vez finalizado el proceso productivo. En esta teoría se valora la decisión de convertirse en empresario basándose solo en la propensión o la aversión al riesgo.

La Teoría del desarrollo económico: Schumpeter (1934) plantea que la esencia del desarrollo económico reside en la función innovadora y en las combinaciones productivas que desarrollan los empresarios al crear nuevas empresas y quebrantar así la rutina de las actividades económicas. A este proceso le otorga tres momentos fundamentales: invención, innovación e imitación. Caracteriza al empresario como un individuo dinámico, activo, innovador y trasgresor del equilibrio para las fluctuaciones del mercado al introducir modificaciones en los sistemas de producción. Concibe a los emprendedores como individuos que promueven nuevas alternativas o innovaciones y los identifica como promotores vitales del desarrollo económico y los progresos sociales.

La contribución de Schumpeter posee gran vigencia e importancia, de manera general para la profundización en el tema del emprendimiento. Se concuerda con la concepción de

Schumpeter sobre la influencia de la creación de empresas como motor de desarrollo económico, así como la importancia que concede al comportamiento innovador por parte del empresario emprendedor para combinar los medios de producción lo que conduce al desarrollo de empresas innovadoras.

La Teoría de los costes de transacción: Coase (1937) y Williamson (1971), fundamentan la creación de empresas sobre la base de sus costes. Conciben la empresa y el mercado como dos formas de organización económica. Se identifican a los costes de transacción con los costos relacionados con la utilización y el cálculo del mecanismo de precios de mercado o los costes en los que caen las empresas cuando acuden al mercado para adquirir determinados servicios o productos. Coase, además asentó que el paradigma de los mercados eficientes marchaba siempre y que no se consideraran los costes de negociación.

Principales Escuelas de Pensamiento

De acuerdo a las líneas generales de investigaciones y fundamentos emitidos en torno al estudio del emprendedor, han sido reconocidas como las principales escuelas de pensamiento: la francesa, inglesa, austriaca, empírica y la de Harvard. Estas analizan la actividad emprendedora desde diferentes perspectivas. Aun así, han sido consideradas no excluyentes entre ellas, y sí, con predominio de determinados niveles de complementariedad para explicar una realidad amplia, denotando en la figura del emprendedor y en todas las acciones en las que este incursiona, como de gran valor para el desarrollo económico y social, tanto local como regional.

Con este análisis sucinto se pretende esbozar toda una consecución de elementos que han develado el proceso evolutivo teórico conceptual sobre el emprendimiento y que se han ido fundamentando a través de valoraciones de escuelas, corrientes de pensamientos, etapas históricas y figuras relevantes. Todo ello ha permitido corroborar planteamientos que de manera acentuada se han reflejado, relacionados con la diversidad de criterios en torno al tema, aunque al adentrarse en los análisis se avistan determinados puntos de convergencia como ya se han identificado. Para la realización de este artículo se apropian aquellos elementos distintivos de las escuelas antes mencionadas que posibilitan desarrollar un constructo científico con la magnitud, multidisciplinariedad y holismo que el tema requiere.

Cultura Emprendedora como Motor del Crecimiento Económico

Para desarrollar el análisis de la cultura emprendedora como motor del crecimiento económico se toman en consideración fundamentalmente dos perspectivas esenciales, la primera relacionada con sus bases teóricas conceptuales; la segunda desde la contextualización económica en la que ella emerge como configuración necesaria.

Varios autores estiman que la cultura emprendedora es una actividad muy específica y la relacionan con los postulados de Schumpeter. Algunos la asocian con la capacidad para descubrir oportunidades; mientras que otros la vinculan con la generación de nuevos proyectos innovadores o creación de nuevas empresas.

El autor se identifica con el planteamiento de que la cultura emprendedora, resulta de la expresión compuesta por la unión de dos conceptos: el referente al sustantivo cultura, entendida esta como la construcción social de pautas integradas para la vida en sociedad; y por el adjetivo emprendedora, interpretada, en términos generales por Cuervo (1987), Casares (1992), Moliner (1998) y Sánchez (2001) entre otros, como la persona que tiene iniciativa y decisión para emprender.

Según Cameron y Quinn (1999) la cultura emprendedora es aquella que propicia un lugar de trabajo dinámico y creativo. Para estos autores, una organización con una cultura emprendedora se sostiene por el compromiso hacia la experimentación y la innovación. Plantean además que el énfasis debe tender a ser el primero y el éxito consiste en obtener nuevos servicios y productos. Por su parte Jassawalla y Sashittal (2002) opinan que la cultura emprendedora predispone a los sujetos para que vean las actividades de innovación favorables a ellos, y generan normas que incentivan la motivación directa de los participantes para desarrollar un comportamiento emprendedor.

Al respecto La Comisión de las Comunidades Europeas, en el Libro Verde titulado, El espíritu Empresarial en Europa (2003) define a la cultura emprendedora como una forma de pensar o una mentalidad que influye en la motivación y en la capacidad del individuo, ya sea de forma independiente o dentro de una organización, para identificar una oportunidad y luchar por ella, y así producir nuevo valor económico y/o social.

Según expresa González (2004) el término cultura está relacionado con el crecimiento económico y utiliza se refiere indistintamente a la cultura empresarial y la cultura emprendedora, para denotar la necesidad de crear y mantener empresas. Este autor se auxilia

del concepto de cultura para arribar al de cultura emprendedora, basándose en que para fortalecer el espíritu empresarial en una determinada sociedad se deben forjar valores, creencias, expectativas positivas y reconocimiento hacia la actividad empresarial y los emprendedores.

Para Cavalli (2007) la cultura es algo que se aprende y se puede educar. Esta afirmación es argumentada por Martínez Rodríguez (2008) al plantear que ésta varía con el transcurso del tiempo, por lo que podemos afirmar que se trata de una construcción social. De ahí que, al hablar de modos de vida, de costumbres, de valores y conocimientos que se aprenden, y que por lo tanto son educables, nos permite desarrollar nuevos estilos de vida, incluso en aquellos grupos sociales y humanos tradicionalmente poco emprendedores, que vean en el fomento del espíritu emprendedor un modelo vital y profesional con el que generar desarrollo económico y cohesión social (Vidal, 2012).

Varios autores coinciden al apreciar a la Cultura Emprendedora como aquella cultura que se encuentra abierta al cambio, así como a la búsqueda y aprovechamiento de las oportunidades que puedan surgir, tanto para la innovación como para el desarrollo. En tal sentido Alemany y Álvarez (2011) enriquecen esta visión al plantear que la cultura emprendedora incluye además, el estudio de las fuentes de oportunidades, los procesos de descubrimiento, evaluación y explotación de estas mismas, así como de las personas que las descubren, innovan y evalúan.

Varios autores distinguen la relación de la cultura emprendedora con la innovación, ya que ésta en gran medida contribuye a crear o transformar un servicio o un producto en algo más atractivo, o le añade valores originando mejores ventajas competitivas, aunque esta no solo se basa procesos lineales de crear o innovar, sino también en planificar y gestionar proyectos con el fin de alcanzar determinados objetivos (Rodríguez & Chávez, 2015). En tal sentido estos autores definen la cultura emprendedora, como una forma de pensar, razonar y actuar, vinculada a la búsqueda de una oportunidad de negocio, que puede dar como resultado la creación, mejora, realización y renovación de valor en el sentido más amplio del término (Rodríguez & Chávez, 2015).

El fomento de la cultura emprendedora posee gran valor económico y social, tanto para sus propietarios, como para empleados, proveedores, clientes y sociedad en general, ya que un negocio consolidado y en crecimiento crea oportunidades de empleo, no solo para las personas contratadas por la empresa, sino que también irradia crecimiento para proveedores

y terceros, ya que como efecto multiplicador desarrolla una cadena de oportunidad y de generación de riqueza (Rodríguez & Chávez, 2015).

Diversos autores se han proyectado por enunciar desde sus perspectivas de análisis, sus definiciones o juicios en torno a la cultura emprendedora. De acuerdo a la literatura consultada se identifica que no existe una única definición comúnmente aceptada, sino que estos criterios o definiciones son retomados o enriquecidos indistintamente por otros autores o investigadores de acuerdo a los objetivos trazados.

La segunda perspectiva de análisis de la cultura emprendedora, se valora por el autor desde la contextualización económica en la que emerge, que como se planteó con anterioridad, la percibe como una configuración necesaria. En este sentido hay que considerar los escenarios globales, regionales y locales, económicos y laborales, caracterizados por situaciones de incertidumbre, inestabilidad, decadente crecimiento económico, entre otros, así como las altas tasas de desempleo asociadas a estos mismos factores, que, aunque no son los únicos, en ellos recae un gran peso en el comportamiento.

La situación economía mundial enfrenta una serie de retos, entre los que cabe destacar: la necesidad de mejorar la capacidad productiva de buena parte de la humanidad (Requeijo, 2011). A continuación, se agrupan de manera concisa una serie de aspectos que evidencian esta situación:

- La economía mundial atraviesa una latente situación de incertidumbre.
- Los modelos de crecimiento económico no se mantienen estables, ni perdurables en el tiempo. Manifestándose reiterados ciclos económicos de crecimiento acompañados de épocas de crisis y recesión económica (Schumpeter, 2002).
- Considerables desequilibrios sociales entre diferentes segmentos de la población (Boron, 2001).
- Los patrones de crecimiento basados en el modelo capitalista en sentido general no son respetuosos con el medio ambiente. Numerosos estudios e investigaciones (Piñas, 2002; Lynch, 2005; Durán Romero, 2007; Esteban Moratilla, 2007; Sotelsek & Ahamdanech, 2008; López, Durán, Guerrero, Noboa, & Martínez, 2015) exponen la necesidad de llevar a cabo políticas y acciones concretas para conjugar crecimiento económico y la defensa de la sostenibilidad medio ambiental.

- Sostenido aumento del precio de las materias primas en todo el mundo, por lo que se incrementan los costes de producción debilitando a su vez el poder adquisitivo de los consumidores.
- Cada vez más se eleva la inflación y crece la tasa de desempleo.

De ellos se deriva la necesidad de fomentar una cultura emprendedora, en primera instancia se requiere la convergencia de diferentes acciones, factores y sectores a diferentes escalas; las que contribuyan a reforzar una serie de valores, actitudes, conocimientos específicos y competencias para que tanto en el plano individual, como organizacional y territorial, los emprendedores o quienes incursionen para llegar a serlo, puedan obtener las herramientas, información y asesoramiento necesario para en cada caso poder tomar las decisiones más acertadas. En sentido general estas competencias conforman un conjunto de cualidades personales, habilidades sociales, de planificación y gestión, necesarias para actuar de forma autónoma (GEM 2014). Resultando importante destacar que para que todo ello funcione, además debe existir una voluntad política a su favor, así como un respaldo financiero y educativo desde los diferentes niveles formativos.

En la medida que los emprendedores, sin distinción de las etapas que se encuentren, posean una cultura emprendedora formada, enriquecida y actualizada, estarán cada vez más, en mejores condiciones de acertar en sus decisiones, consolidar sus ideas iniciales, hacerlas sostenibles en el tiempo y con indicadores de crecimiento progresivo; convirtiéndolos entre otras cosas en propulsores de la economía tanto personal como de todos lo que de alguna manera inciden en su radio de acción, ya sea de manera directa o indirecta.

Sintetizando las ideas anteriores, se puede afirmar que existe una estrecha relación entre el desarrollo de la cultura emprendedora y el crecimiento económico y que aun cuando la cultura emprendedora se debe edificar sobre una concepción integral, con armonía medioambiental y social, resulta evidente que ésta siempre va a tener una repercusión directa hacia el crecimiento económico y la generación de empleos.

El Enfoque Emprendedor desde la Psicología

El proceso emprendedor históricamente se ha estudiado bajo parámetros cuantificables liderados por los economistas, centrados en estos tipos de investigaciones, soslayando otras visiones (Rodríguez, 2015). En tal sentido, Baumol irrumpe un tanto esta tendencia y

comienza a abordar el problema desde una visión más cualitativa. Es el primero en afirmar que el emprendedor no tiene cabida en ninguna visión que trate de medir solo variables cuantitativas, y se proyecta por su estudio basándose en factores culturales, sociales y psicológicos, al considerar al emprendedor como una persona, y que no puede seguirse asumiendo la regulación de su conducta sólo por las influencias del mercado (Baumol, 1968, citado en Rodríguez, 2015).

El enfoque emprendedor desde la psicología, y de acuerdo al objetivo del presente artículo, se concentra en el análisis de las teorías psicológicas más representativas, que tratan los atributos, rasgos psicológicos, características distintivas y perfil de las personas que incursionan emprendimientos, así como su influencia para el desarrollo de toda una conducta emprendedora. De acuerdo con la literatura consultada, los orígenes de este enfoque se encuentran fundamentalmente en los trabajos de Baumol (1968), Weber (1930), McClelland (1961) y de Collins, Moore y Unwalla (1979); y le continúan los de Allinson et al. (2000), Baron (1998), Morris et al. (2002), Moriano y Palací (2003), Sánchez Almagro (2003), Benavides et al. (2004) y Djankov et al (2006).

Desde la psicología se reconocen dos teorías fundamentales:

- Teoría de los rasgos de personalidad.
- Teoría del empresario de Kirzner.

Las que se argumentan a continuación.

La Teoría de los rasgos de personalidad: McClelland (1986, en Low y MacMillan, 1988), Christensen (1994), Lévesque et al. (2002), Djankov et al (2006), entre otros, estudiaron los rasgos distintivos de la personalidad que caracterizan esencialmente a los emprendedores y que resultan imprescindibles para poder lograr la creación y desarrollo de empresas.

Los autores partidarios de este enfoque, aprecian que los emprendedores son personas que nacen con ciertas cualidades especiales que las diferencian de las demás (Gartner, 1988). Además, basan sus argumentos en la interrogante concerniente a por qué determinadas personas deciden iniciar un emprendimiento mientras que otras, bajo circunstancias similares, no lo hacen.

Para McClelland (1961), la necesidad de logro, el control interno, la tolerancia a la ambigüedad y la propensión a tomar riesgos calculados, constituían las características fundamentales de los emprendedores. Aunque posteriormente tomó en consideración otras como el asertividad, la iniciativa, la orientación hacia la eficiencia y la planificación

sistemática (McClelland, 1986, en Low & MacMillan, 1988). Por su parte, Hornaday y Aboud (1971) argumentan en sus estudios que la motivación al logro, el apoyo, la independencia y el liderazgo, constituyen los rasgos distintivos de los emprendedores.

La interpretación de la teoría de los rasgos de la personalidad con relación a la creación de empresas, fue complementada con el análisis de la influencia de algunas variables demográficas como: la edad, el género, la religión, la etnia, la educación y el nivel socioeconómico o la experiencia profesional (Reynolds, Storey & Westhead, 1994; Stewart, Watson, & Carland, 1999). Producto de estos análisis se han asociado determinadas correlaciones entre el comportamiento de algunas de estas variables con ciertos rasgos de la personalidad de los emprendedores.

Según Nuez y Górriz (2008), entre los rasgos psicológicos significativos del emprendedor destacan por su importancia:

1. Necesidad de logro o de autorrealización.
2. Control interno y autoconfianza.
3. Espíritu de riesgo o propensión a asumir riesgos.
4. Necesidad de poder e independencia.
5. Compromiso.
6. Tolerancia a la ambigüedad.

La Teoría del empresario de Kirzner (1979): se ocupa de explicar el funcionamiento del mercado a partir de identificar el estado de alerta y agudeza que posee un empresario ante las oportunidades y que lo diferencia del resto de la población. Para Kirzner “la relación entre la consecución del beneficio y alguna habilidad empresarial se explica porque los individuos difieren en su habilidad para advertir las oportunidades empresariales” (Kirzner, 1979). Este concibe al empresario en un estado de alerta perenne, que le permite vislumbrar y aprovechar de forma adecuada las oportunidades que puedan reportar algún beneficio, gestionando consecuentemente los recursos que disponga.

Entre los postulados de Kirzner y el de Schumpeter, sobre el empresario se perciben diferencias. Para Kirzner, el empresario distingue la existencia de oportunidades y posibilidades de beneficio en el mercado, primero que todos los demás, mientras que para Schumpeter, el empresario irrumpe el equilibrio existente en el mercado y estimula a los consumidores a necesitar cosas nuevas.

Coincidimos con el planteamiento de Rodríguez (2015), referente a que el estudio del emprendedor desde el punto de vista psicológico, es probablemente de los elementos que integran todo el proceso del emprendimiento, el más engorroso de parametrizar, debido a la multiplicidad de dimensiones que influyen en dicho proceso. Dentro de las características psicológicas más abordadas, resaltan el perfil y los rasgos de personalidad, las actitudes o las habilidades reguladoras de la conducta emprendedora y de los mismos procesos de emprender. Estos, manteniendo la perspectiva analítica de la psicología, serán ilustrados en los siguientes epígrafes.

El Enfoque Emprendedor desde lo Socio-cultural

El estudio del enfoque socio-cultural se estima pertinente por su complementariedad con los aportes efectuados desde la economía y la psicología, para facilitar la comprensión de los modos de actuación de aquellos individuos que desarrollan una conducta emprendedora (Reynolds, 1994). En este caso la perspectiva de análisis cambia, ya que los enfoques anteriores defendían que el hecho de emprender y crear una empresa, era resultado fundamentalmente de factores internos o de tipo individual, mientras que en el enfoque socio-cultural se sostiene que es resultado de la interacción de factores externos o del entorno. Este examina cómo las particularidades del contexto, pueden colaborar o no, con la actividad emprendedora en una sociedad determinada (Thornton, 1999).

A criterios de McClelland (1965) y Hagen (1962) el emprendedor posee una personalidad creativa, estimulada por una alta necesidad de logro. Aunque los análisis de estos autores tienden a otorgar un gran peso a los aspectos sociales y sus consiguientes efectos sobre la personalidad emprendedora. Para Ibarra (2009) ambas valoraciones son acertadas y complementarias. Ellas actúan paralelamente en cierto perfil de emprendedores.

Por su parte O'Farrel (1986, en Reynolds et al., 1994) asevera que las conductas emprendedoras pueden ser estimuladas, o no, debido a las influenciadas de las condiciones sociales, culturales e institucionales. Cuestión que se explica tal y como especificó Hofstede (1980, en Fernández, Liñán & Santos, 2009) la cultura moldea las representaciones cognitivas de las personas, sugestiona e incluso regula los estándares de conducta, de manera que estos se comporten congruentemente con el contexto cultural. En correspondencia con estos planteamientos se asevera que tanto la decisión de convertirse en empresario, como la

constitución de nuevas empresas tienen su origen en factores externos, como los socioculturales y el marco institucional.

De modo similar los análisis de Low y MacMillan (1988) revelan la interdisciplinariedad del emprendimiento, en la que se imbrican diversos aspectos, destacando los socioculturales, los rasgos de personalidad, las redes, la ecología de la población y los asuntos económicos. De este modo en el enfoque socio-cultural se externaliza el vínculo del emprendimiento con su contexto social y cultural. Las teorías socioculturales sustentan que las decisiones sobre convertirse en empresario y crear empresas están sugestionadas por elementos del entorno y que en ellas se manifiestan las relaciones indudables entre las convicciones ideológicas y el comportamiento económico. Por tanto, la cultura del entorno social es un determinante de la función empresarial (Díaz, 2002).

Entre los aportes de North (2005) se acota con claridad que concurren tres constituyentes explícitos que supeditan el crecimiento económico de los países, estos son: los factores económicos, el marco institucional y los valores socio-culturales. Precisamente, estos valores socio-culturales de los territorios condicionan en gran medida la visión sobre las posibles oportunidades de innovación, lo que tributa directamente sobre la conducta económica de sus ciudadanos.

Entre las teorías más representativas que integran este enfoque se pueden citar las siguientes:

- la teoría institucional;
- la teoría del rol;
- la teoría de la marginación;
- la teoría de redes
- la teoría de la incubadora; y
- la teoría de la ecología de la población.

A continuación, se resumen de manera breve sus fundamentos:

Teoría institucional: en esta teoría se exponen aquellos aspectos institucionales y sociales que conducen al desarrollo del emprendimiento. Esencialmente se plantea que, en la medida que las instituciones proporcionan un entorno favorecedor para el crecimiento económico, el emprendedor se convierte en el vehículo que facilita este crecimiento. Se parte de la base de que las instituciones establecen reglas y normas en la sociedad, las que constituyen fuerzas restrictivas que configuran la interacción humana (North, 2005).

Teoría del rol: ofrece los fundamentos que justifican las diferencias en cuanto a cantidades de empresas entre unas zonas geográficas y otras. Estas diferencias se asocian a que en aquellos entornos en los que predominan modelos o actividades empresariales, se estimula el surgimiento de más empresarios (Nueno, 2003) ya que al percibir que otros individuos en ambientes análogos crearon sus propias empresas, el nuevo empresario se siente motivado a hacer lo mismo (Veciana, 1996). Aun cuando las características notorias de cada emprendedor son fundamentales, la influencia de factores externos favorables, como la presencia de empresarios experimentados exitosos en la zona, constituyen modelos que instan a su imitación (Begley & Boyd, 1987; Baron, 2000). Los valores de la sociedad y las experiencias empresariales, con sus éxitos y fracasos, legitiman la actividad emprendedora, en cuanto a que actúan como incentivo para el proceso de creación de empresas (Fuentelsaz & González, 2015).

Teoría de la marginación: tiene en cuenta los factores externos, fundamentalmente los negativos. Estima que la creación de una empresa comienza con un suceso crítico, generalmente negativo, que la precipita, también denominado deterioro del rol (Collins et al., 1964) o suceso disparador (Shapero, 1982). Se cuentan con mayor propensión a crear sus propias empresas a aquellos individuos marginados por determinados elementos que en el entorno se consideren negativos, como puede ser su religiosidad, etnia, inmigrantes o desempleados. Según esta teoría para convertirse en empresario son necesarias dos condiciones (Brunet & Alarcón, 2004, citado en Alonso, 2011):

- 1) un período de incubación y maduración de la idea; y
- 2) un suceso detonador que provoque el comienzo de la creación de la empresa, sin responder a la intención de obtener un beneficio, sino más bien a un factor crítico calificado como negativo.

Teoría de redes: adquiere relevancia en la década de los ochenta con los aportes de Birley (1985), Aldrich et al. (1986, 1987) y Johannisson (1995) los que promovieron una serie de investigaciones alrededor del impacto de la red (network) en el proceso de creación de empresas. En esta teoría se plantea que el conjunto de relaciones específicas entre varios grupos de personas desencadena múltiples interconexiones y reacciones en cadena, obteniendo como resultado la circulación de información e ideas, lo que facilita al emprendedor la creación de la empresa. Se entiende como red, al sistema coordinado de relaciones de intercambio, establecido por diferentes empresas especializadas en las distintas

actividades de la cadena de valor del producto (Fernández & Junquera, 2001). No es una actividad que surge espontáneamente y que depende del carácter extrovertido del empresario, sino que es una actividad específica derivada de una esmerada planificación y evaluación, que no puede ser delegada (Ollé & Planellas, 2003). La interacción entre las empresas genera nuevas informaciones económicamente valiosas, dando lugar a lo que se conoce como aprendizaje mediante la interacción y en este sentido, los avances en la tecnología supondrán un gran apoyo (Alonso, 2011).

Teoría de la incubadora: se refiere a los acontecimientos que afectan fundamentalmente la disposición de un individuo para emprender un negocio. Los fundamentos de esta teoría se encuentran en la adquisición de las habilidades o destrezas previas, que necesita un empresario, para poder crear posteriormente su empresa (Bull & Willar, 1993). Varios autores analizan el tema de las incubadoras de empresas desde el establecimiento de los conectores que se establecen entre las experiencias empresariales que adquirieron en sus empleos anteriores y la nueva empresa, fungiendo las primeras como incubadoras para nuevos proyectos empresariales, estos aprendizajes le sirven al emprendedor para descubrir oportunidades de negocio y encuentra en ellas herramientas para madurar sus ideas y llegar a materializarlas (Aldrich & Wiedenmayer, 1993). Según Alonso (2011) las incubadoras cumplen con el objetivo de asistir a los emprendedores, aportándoles ideas de infraestructuras, recursos básicos, e información para la puesta en marcha de sus empresas.

Teoría de la ecología de la población: Esta teoría se ocupa de explicar la influencia que ejercen los factores externos sobre la creación de nuevas organizaciones dentro de una población de organizaciones existentes, las que a su vez rivalizan por el mismo grupo de recursos. Dentro de sus principales exponentes se encuentran Aldrich (1979), Baumol (1993), Hannan y Freeman (1977). Estos estimaban que las circunstancias del entorno condicionan el nacimiento, supervivencia y muerte de las organizaciones, más que las propias habilidades del empresario. Relacionados con esta teoría, los planteamientos de Veciana (1988) argumentan que las formas de organización existentes en un momento dado son incapaces de adaptarse a los cambios del entorno; y estos cambios estimulan la disolución de algunas y creación de nuevas empresas. Las empresas que se adapten al entorno sobrevivirán, y las que no lo hagan, morirán (IL Sung & Duarte, 2015).

Según Vallmitjana (2014), el gran reto desde esta teoría consiste en poder predecir aquellas circunstancias del entorno que posibilitarán obtener mayor financiación y crecimiento para los emprendedores.

Los argumentos planteados con anterioridad permiten constatar que los aportes realizados por los diferentes autores, señalan la marcada tendencia para analizar al emprendedor dentro de su contexto y la influencia que ejerce este sobre él. Además, se valora cada vez más la creación de nuevas empresas desde términos vivenciales y del entorno en el que se desarrollará el nuevo emprendimiento.

El Enfoque Emprendedor desde lo Gerencial

Desde este enfoque se analiza el comportamiento y desarrollo en el interior de la empresa ya constituida, centrándose en sus propias características y estructura. Se enfatiza en el papel que desempeña el empresario en este proceso. Según Carrillo, et al. (2014) se concibe que la creación de empresas responde a un proceso racional en cuanto a toma de decisiones, basado en el conocimiento y adquisición de experiencias de las técnicas de gestión empresarial.

En este enfoque destaca significativamente las Teorías de la eficiencia-X, de Leibenstein (1966), y la Intrapreneurship o Corporate Entrepreneurship, estas se argumentan a continuación:

- I. La teoría de la eficiencia-X analiza el rol del emprendedor y el grado de ineficiencia en el uso de recursos dentro de la empresa, evaluando las posibilidades productivas frente a los fracasos de la misma. La eficiencia-X emerge como argumentación para aquellos recursos de la empresa que son utilizados de una forma errónea, ya sea porque se consumen de manera equivocada o porque no se consumen directamente. Procedimientos desacertados conducentes a la ineficacia de las organizaciones, los que generan oportunidades para los emprendedores.

La eficiencia-X constituye un nuevo paradigma, el cual según Leibenstein, entra en discrepancia con el paradigma neoclásico. Este último, estima una racionalidad completa, en cuanto a la toma de decisiones utilizando el cálculo de la maximización para resolver problemas, mientras que la eficiencia-X, admite la existencia de costes psicológicos que obstaculizan el alcance de planes individuales para aprovechar todas las oportunidades útiles

para disminuir todas las restricciones a las que están sujetos. Leibenstein identifica cuatro principales diferencias entre la teoría de eficiencia-X y la teoría neoclásica:

- i. Los contratos son incompletos, al no cuantificar la cantidad del esfuerzo necesario.
- ii. El esfuerzo es discrecional. Es el mismo empleado y no el empresario el que decide con qué esfuerzo trabajar. Los contratos son asimétricos, definen los salarios de los trabajadores y las contraprestaciones de los empresarios, pero no las obligaciones de los trabajadores, causando que el esfuerzo del factor trabajo sea desigual y de difícil maximización a lo largo del tiempo.
- iii. El esfuerzo es necesario para cambiar la ubicación de los recursos: no es agradable tener que cambiar viejas costumbres y acostumbrarse a una nueva rutina demora en el tiempo.
- iv. La empresa constituye una organización compuesta de distintos individuos sin unanimidad entre sus objetivos. El empresario se preocupa por maximizar beneficios, pero no los agentes, que son los que toman las decisiones y persiguen sus propios objetivos, los que no son compatibles con maximizar el esfuerzo. La organización se ocupa de aplicar presión sobre los agentes para mantener o incrementar su esfuerzo conduciendo a la empresa hacia su frontera de producción neoclásica.

Leibenstein valora que las actividades emprendedoras son una amenaza competitiva para una organización ineficiente, traduciéndose en una presión sobre los agentes, estimulándolos con el fin de mantener un grado adecuado de preocupación sobre las limitaciones (Casson, 1991). Según Martínez (2008) para que una empresa sea productiva, el empresario debe cumplir con la función principal de suplir las deficiencias que presenta el mercado, e introducir lo que no existe en este.

- II. La Teoría Intrapreneurship o Corporate Entrepreneurship: se ocupa del estudio de la iniciativa emprendedora cuando ésta se desarrolla dentro de la empresa, también denominada “corporate entrepreneurship” o “intrapreneurship”.

Se entiende por un intraemprendedor a aquella persona que funciona como emprendedor, pero dentro de una organización trabajando para ella. Esta persona dispone de amplios conocimientos sobre los recursos que dispone la empresa, tiene determinadas facultades para moverse libremente en ella y de un amplio nivel de colaboración entre los trabajadores para compartir recursos en favor de la compañía, a través del desarrollo de nuevas actividades.

Para Nuez y Górriz (2008) el proceso de intraemprender es complejo ya que no depende solamente de que existan emprendedores dentro de las empresas, sino que tienen que darse las condiciones para que estos surjan. Estas condiciones se dan fundamentalmente cuando existen estructuras planas, disponibilidad a la rotación en los puestos directivos y la cultura de gestión por proyectos. Lamentablemente pocas empresas son capaces de crear este tipo de cultura intraemprendedora, y pierden directivos, ya que estos al no poder desarrollar sus ideas por la inflexibilidad de la organización, terminan emprendiendo, aunque de forma más precaria, por cuenta propia (Nueno, 2003).

Varios autores destacan por sus aportes al intrapreneurship, entre otros se pueden citar a Pinchot (1985), Brandt (1986), Block y MacMillan (1993), MacMillan y Gunther, (2000), Antoncic y Hisrich (2001), Drejer et al. (2004).

De lo General a lo Particular. *Ecuador*

Siguiendo la lógica de lo general a lo particular se manifiesta una creciente ocupación por el tema en cuestión. Específicamente los gobiernos de la región latinoamericana y en el caso concreto de Ecuador, están llamados a concebir e incrementar programas y efectuar reformas para permitir el desarrollo de ecosistemas que puedan contribuir al éxito en el campo del emprendimiento. Situación dicotómica que a la vez impone el reto sobre la elección de las variables más adecuadas para promocionar y suscitar ecosistemas que combinen talentos, recursos financieros, e innovación. Todo ello en entornos macroeconómicos favorables para que se puedan desarrollar dichos programas.

De acuerdo con los resultados de recientes investigaciones de Garcés (2015), Ponguillo y Mayorga (2016), Salazar (2016), GEM (2015, citado en Nicolalde, 2017), entre otros, en Ecuador existen una serie de políticas públicas enfocadas al apoyo de las empresas de manera general y que promueven determinadas acciones, aunque de manera aislada y no han logrado la necesaria articulación entre la gestión pública y privada. En este sentido, se identifica la existencia de un ecosistema de emprendimiento en el país; sin embargo, éste aun no genera los efectos esperados y necesarios con relación a la creación y sostenibilidad de emprendimientos.

Se entiende que el reto para el desarrollo del emprendimiento desde una perspectiva multidimensional es grande, ya que la economía ecuatoriana en el presente 2017 se encuentra

atravesando un período de recesión económica considerable, y que según los expertos en el tema esto significa que el país estará sumergido en una recesión económica por un período de aproximadamente 3 años, viéndose afectados todos los regiones económicas y sociales del país. Por tanto, urge centrar la atención en recuperar la estabilidad económica, fomentar la confianza tanto a nivel interno como externo, sanea y ordenar las finanzas públicas potenciar la competitividad del sector privado nacional, entre otros grandes desafíos. Y que al unísono se fomente toda esta cultura emprendedora a tono con las demandas nacionales e internacionales, que servirá de paliativo a la situación tan desfavorable que enfrenta también la situación del empleo en el país.

Conclusiones

La progresiva comprensión, análisis de comportamientos y tendencias evidenciadas, han conllevado a la reflexión y valoración sobre el carácter multidimensional del emprendimiento, ya que este aun cuando pivota directamente sobre aspectos económicos, está permeado por diversos factores, como lo social, cultural, ambiental, jurídico, entre otros. Razón por la que sugiere que, cuando se realicen investigaciones sobre el tema desde alguna ciencia en particular, se deben tomar en consideración aquellos aspectos concernientes a otras ciencias que figuren como fronteras, para tratar el asunto con la integralidad que merece, ya sea a nivel mundial, o concretamente en el Ecuador. Este carácter y tratamiento multidimensional debe trascender además las áreas de ejecución y desarrollos empresariales cuales quieran que sean sus especialidades.

El creciente interés por la gestión emprendedora se ha convertido en uno de los principales motores de desarrollo en todas las economías del mundo, fundamentalmente en aquellas regiones catalogadas como emergentes, destacando América Latina y dentro de ella concretamente el Ecuador. En este sentido, resulta primordial comprender los patrones y determinantes de los emprendimientos, las variables que impulsan el desarrollo de entornos que permitan la creación de empresas con potencialidades para la expansión y que puedan convertir sus ideas, en negocios viables y rentables.

Referencias.

- Alemany I., Alvarez C., Planellas M., (2011). *Libro blanco de la iniciativa emprendedora en España*, Esade- Fundación Príncipe de Girona, España
- Alonso Nuez. M. J. (2011). *El emprendedor y la empresa: Una revisión de los determinantes a su constitución, acciones e investigaciones sociales*. España: Universidad de Zaragoza.
- Amit, R., Muller, E., & Cockburn, I. (1995). Opportunity costs and entrepreneurial activity. *Journal of Business Venturing*, 10(2), 95-106.
- Borón, A. A. (2001). Pobreza y neoliberalismo. *Cuadernos de Pedagogía*, (308), 18-23.
- Bird, B. (1988). Implementing entrepreneurial ideas: The case for intention. *Academy of management Review*, 13(3), 442-453.
- Bird, B. (1992). The operation of intentions in time: The emergence of the new venture. *Entrepreneurship: Theory and Practice*, 17(1), 11-21.
- Cantillon, R. (1755). *Essai Sur La Nature du Commerce en Général*. *History of Economic Thought Books*.
- Cameron, K. S., & Quinn, R. E. (2005). *Diagnosing and changing organizational culture: Based on the competing values framework*. John Wiley & Sons.
- Cavalli Sforza, L.L. (2007): *La evolución de la cultura: propuestas concretas para futuros estudios*. Barcelona: Anagrama.
- Carrillo, A. M. M., Burbano, G. J. L., & Mera, B. D. R. M. (2016). Actividad Emprendedora y Competitividad en el Ecuador/Entrepreneurial Activity and Competitiveness in Ecuador. In *Global Conference on Business & Finance Proceedings* (Vol. 11, No. 1, p. 1164). Institute for Business & Finance Research.
- Díaz, C. (2002). La creación de empresas. *Revisión Histórica de Teorías y Escuelas*. Ediciones La Coria.
- Fuentelsaz, L., & González, C. (2015). Entrepreneurial failure through institutions and entrepreneurship quality/El fracaso emprendedor a través de las instituciones y la calidad del emprendimiento*. *Universia Business Review*, (47), 64.
- Garcés Rengifo, F. A. (2015). *Definición de los lineamientos generales de una política pública para el fomento del emprendimiento en el Ecuador* (Tesis de Maestría). Recuperado de

<http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/4461/1/T1613-MGDE-Garces-Definicion.pdf>

García, A., De Jorge, J. Y F. Pablo (2004): *Emprendedores y Espíritu Empresarial en España en los albores del siglo XXI*. Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales S.A., Madrid.

García-Vidal, G., Sánchez-Rodríguez, A., Martínez-Vivar, R., & Pérez-Campdesuñer, R. (2016). Estudio sobre los emprendimientos de la economía simple en el Ecuador. *Ciencias Holguín*, 22(1), 1-16.

Gartner W.B. (1988). Who Is an Entrepreneur? Is the Wrong Question. *Entrepreneurship: Theory and Practice*. 12(4): 47-68.

González, M. A. (2016). *Actividad emprendedora y crecimiento económico* (Doctoral dissertation). Recuperado de http://158.49.113.108/bitstream/handle/10662/3764/TDUEX_2016_Almodovar_Gonzalez.pdf?sequence=1

Global Entrepreneurship Monitor. (2015). *Global Entrepreneurship Monitor 2015 (Informe)*. Recuperado de <http://www.babson.edu/Academics/centers/blank-center/globalresearch/gem/Documents/GEM%202014%20Global%20Report.pdf>

IL Sung Park, S., & Duarte Masi, S. (2015). The profile of the entrepreneur and studies related to the Latin American Entrepreneurs. *Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales*, 11(2), 291-314.

Jassawalla, A. R., & Sashittal, H. C. (2002). Cultures that support product-innovation processes. *The Academy of Management Executive*, 16(3), 42-54.

Knight, F. H. (1921). *Risk, uncertainty and profit*. New York: Hart, Schaffner and Marx.

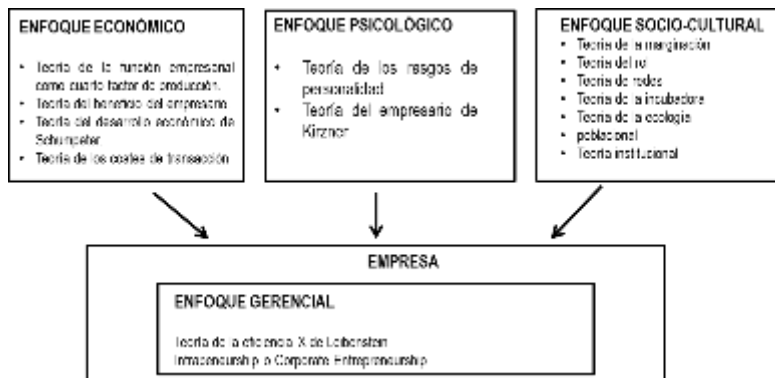
Marshall, A. (1890). *Principles of political economy*. Maxmillan, New York.

Martínez, F. M., & Carmona, G. (2009). Aproximación al concepto de “competencias emprendedoras”: Valor social e implicaciones educativas. *REICE. Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*. Recuperado de <https://repositorio.uam.es/handle/10486/661237>

Moriano, J.A., Gorgievski, M., Laguna, M., Stephan, U., y Zarafshani, K. (2012). A cross cultural approach to understanding entrepreneurial intention. *Journal of Career Development*, 39(2), 162-185.


- Mill, J. S. (1848). Of the stationary state. *Principles of political economy Book IV: Influence of the progress of society*.
- Nicolalde Reinoso, L. E. (2017). *Análisis del sector textil ecuatoriano y el aporte que la creación de nuevas empresas le puede dar a su crecimiento* (Master's thesis, QUITO/UIDE/2017).
- North, D. C. (2005). Institutions and the process of economic change. *Management International*, 9(3), 1.
- Nuez, M. J. A., & Górriz, C. G. (2008). El emprendedor y la empresa: una revisión teórica de los determinantes a su constitución. *Acciones e Investigaciones sociales*, (26), 5-44.
- Nueno, P. (2003). El espíritu emprendedor. *Arnal Losilla, JC (2003): Creación de Empresa: los mejores textos. Madrid: Ariel*.
- Ponguillo, K. A. B., & Mayorga, R. X. M. (2016). DESARROLLO DEL EMPRENDIMIENTO EN EL ECUADOR. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, (2016_02).
- Requeijo, J. (2011). *En la encrucijada*. Alianza.
- Rodríguez Batalla, Fidel. (2015). *Estudio de la intención emprendedora en el ámbito científico público. El caso de las ciencias de la vida en España* (Doctoral dissertation). Recuperado de <http://hdl.handle.net/10251/54117>
- Rodríguez, C. H., & Chávez, R. M. A. (2015). El Desarrollo de la Cultura Emprendedora en estudiantes universitarios para el fortalecimiento de la Visión Empresarial. *Ciencia Administrativa*, (1), 28-37.
- SALAZAR, J. E. B. (2016). Situación actual del emprendimiento en el sector agroalimentario de Ecuador y planteamientos para el futuro.
- Schumpeter, J. A. (1934). *The Theory of Economic Development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Schumpeter, J. A. (2002). *Ciclos económicos: análisis teórico, histórico y estadístico del proceso capitalista* (Vol. 5). Universidad de Zaragoza.
- Torres, F., & Wileidy, A. (2015). Emprendimiento económico: Elementos teóricos desde las perspectivas de sistemas y redes. *Revista de Ciencias Sociales*, 21(3).
- Urbano, D., & Alvarez, C. (2014). Institutional dimensions and entrepreneurial activity: An international study. *Small Business Economics*, 42(4), 703-716.

- Vallmitjana Palau, N. (2014). *La actividad emprendedora de los graduados IQS* (Doctoral dissertation).
- Vargas Sánchez, A. (2001). El cooperativismo como fórmula empresarial de futuro para canalizar el espíritu emprendedor colectivo. *Revista Galega de Economía*, 10(1).
- Veciana, J.M.; Aponte, M.; Urbano, D. (2005): University Students' attitudes towards entrepreneurship: a two countries comparison, *International Entrepreneurship and Management Journal*, 1 (2), 165-182.
- Vesper, K. H. (1983). *Entrepreneurship and national policy* (Vol. 3). Walter E. Heller International Corporation Institute for Small Business.
- Vidal Vidal, J. (2012). Fomento de la cultura y espíritu emprendedor en los jóvenes españoles desde las instituciones educativas.
- Weber, M. (1921). *Economía y sociedad*. Fondo de cultura económica. México (1977).



Fuente: María Jesús Alonso Nuez y Carmen Galve Górriz (2008)

Figura 1. Principales teorías sobre creación de empresas desde diferentes enfoques.



ENSAIOS |
DIVULGAÇÃO CULTURAL
E CIENTÍFICA

A EXPO 98 ENQUANTO FATOR DE RENOVAÇÃO URBANA E IMPACTO PARA O TURISMO

Fernando Miguel F. Garrido⁴

Raul Ribeiro Ferreira⁵

Nuno Abranja⁶

Garrido, F. M. F., Ribeiro Ferreira, R. & Abranja, N. (2018). A Expo 98 enquanto fator de renovação urbana e impacto para o turismo. *Tourism and Hospitality International Journal*, 11(1), 75-110.

⁴ Aluno do Doutoramento em Turismo IGOT-UL/ESHTE. Professor no ISCE.

⁵ Aluno do Doutoramento em Turismo IGOT-UL/ESHTE. Professor na ULHT.

⁶ Professor no ISCE.

Resumo

A Exposição Mundial de 1998 marcou a comemoração dos 500 anos dos descobrimentos portugueses. Esta exposição foi considerada uma das mais bem conseguidas, ao longo de todo o historial deste evento, não só pelo sucesso desta, como igualmente pelo impacto positivo que teve na cidade, em termos de reabilitação urbana. Este evento foi reconhecido pelo Bureau International des Expositions como a melhor exposição mundial de sempre, sendo hoje um *case study* a vários níveis, mas muito particularmente para cidades que equacionam a realização de grandes eventos e que impliquem intervenção urbana de grande escala. Esta Investigação procurou avaliar o impacto que teve a reabilitação urbana, da zona oriental, motivada pela realização da Exposição Mundial 1998, na cidade de Lisboa e de que forma é que alterou a sua estrutura crescimento. Paralelamente fez-se a ligação desta reabilitação ao Turismo e de que forma influenciou os fluxos de turistas na cidade.

Palavras-chave

Reabilitação urbana, Expo 98, Parque das Nações, Turismo

Abstract

The 1998 World Exhibition has marked the commemoration of the 500 years of the Portuguese Discoveries. This exhibition was considered one of the most well achieved, throughout the entire history of this event, not only for its success but also for its positive impact on the city of Lisbon, in terms of urban rehabilitation. This was recognized by the Bureau International des Exhibitions as the best worldwide exhibition of all, today being a case study at various levels, but very struggles for cities that equate the realization of large events and involving large scale urban intervention. This investigation tried to evaluate the impact of the urban rehabilitation of the oriental zone, motivated by the organization of the World Exposition 1998, in the city of Lisbon and in which way changed the structure of growth. At the same time, it was identified the link between the rehabilitation and the tourism, and which was influenced the flows of tourists in the city.

Keywords

Urban rehabilitation, Expo 98, Parque das Nações, Turismo

Introdução

A Exposição Mundial de 1998, realizada em Lisboa, sobre o mote “Os Oceanos: um património para o futuro”, serviu para marcar a comemoração dos 500 anos dos descobrimentos portugueses. Esta exposição foi considerada uma das mais bem conseguidas, ao longo de todo o historial deste evento, não só pelo sucesso desta, como igualmente pelo impacto positivo que teve na cidade, em termos de reabilitação urbana.

A Expo’98, chegou mesmo a ser reconhecida pelo BIE - Bureau International des Expositions como a melhor exposição mundial de sempre, sendo hoje um *case study* a vários níveis, mas muito particularmente para cidades que equacionam a realização de grandes eventos, os quais impliquem intervenção urbana de grande escala.

Através da reabilitação efetuada na zona oriental de Lisboa, procuraremos perceber, quais os impactos ao nível territorial que estas obras tiveram sobre a cidade, nomeadamente em termos de acessibilidade, novas infraestruturas sociais e culturais e de que forma é que esta impactou igualmente o turismo, após o evento.

Com o crescimento que se tem verificado no turismo, em especial nas grandes cidades, começa-se a falar cada vez mais em Turismofobia, afirmando-se mesmo que Lisboa está a seguir os passos de Barcelona.

Neste sentido, este trabalho revela-se pertinente na compreensão do impacto que a reabilitação urbanística efetuada numa zona “*moribunda*” teve para a cidade, de que forma é que influenciou o turismo e se estas medidas são passíveis de serem replicadas, noutra escala, noutras cidades.

Expo 98 – o Evento

A realização da Expo 98 surge de uma ideia de dois amigos num almoço, António Mega Ferreira e Vasco Graça Moura, à data a exercerem funções conjuntamente na comissão dos descobrimentos e no caso particular de Vasco Graça Moura igualmente Comissário de Portugal à Expo de Sevilha, corria o ano de 1989.

Daí até à candidatura foi um passo, tendo sido conhecido o país organizador da última exposição do género no séc. XX, no dia 23 de junho de 1992, escolhendo Lisboa em detrimento da candidatura de Toronto.

A exposição realizou-se entre os dias 22 maio de 1998 e 30 de setembro do mesmo ano, num total de 131 dias, tendo recebido mais de 10 milhões de visitantes (4 milhões abaixo do previsto), maioritariamente nacionais (79%), *versus* 21% de estrangeiros (ver Figura 1).

A título de curiosidade, facultam-se outros números estatísticos sobre este evento, dos quais podemos destacar o n.º de países oficiais com 146 representações, num total de 126 pavilhões. Tendo sido recebidas as visitas de 38 chefes de estado, 35 Primeiros-ministros e vice-primeiros-ministros, 22 vice-presidentes da república e príncipes herdeiros, contando com a presença igualmente de mais 6.000 jornalistas estrangeiros e mais de 5.000 nacionais (ver Figura 2).

Reabilitação Urbana da Zona Oriental de Lisboa

A realização deste evento, conforme referido anteriormente, esteve diretamente relacionada com a reabilitação urbana de uma das zonas mais esquecidas de Lisboa, a zona Oriental.

Aquando da decisão do espaço para a localização deste evento (Teles, 2015) existiam em estudo três opções:

- a norte do Tejo, zona ocidental da Torre de Belém à Doca de Santo;
- margem norte do Tejo, zona oriental em torno da doca dos Olivais prolongando-se para o interior;
- margem sul do Tejo, Charneca de Caparica e Costa de Caparica.

A última das localizações foi desde logo excluída pelo facto de se pretender realizar a exposição em Lisboa, ficando assim reduzidas as hipóteses a dois locais, ambos considerados viáveis para execução deste espaço. Enquanto na localização da Zona ocidental se pretendia dar continuidade aos trabalhos de requalificação iniciados na Exposição do Mundo Português, na zona de Belém, a Zona Oriental traria maiores benefícios dado que iria implicar uma requalificação de uma zona considerada como o ‘lixo’ de Lisboa. A decisão acabaria por acontecer no fim do ano de 1990, sendo a zona oriental a opção escolhida.

Segundo Velez (2008, p.21) seria a solução “mais capaz de contribuir decisivamente para transformar Lisboa numa cidade do séc. XXI.” (Teles, 2015). Esta intervenção passaria não só por uma requalificação urbanística, como por uma intervenção de carácter ambiental

(descontaminação de solos, despoluição do rio Trancão, limpeza de terrenos utilizados indevidamente como vazadouros, entre outros).

Vaz (1999, p.163) citado por Teles (2015) refere que a escolha está igualmente associada ao início do processo de planeamento no município de Lisboa, caracterizado “(...) por uma reflexão profunda acerca do caráter da cidade (...)” - que pretendia reformular o Plano Estratégico de Lisboa (PEL), o Plano Diretor Municipal e de Planos de Pormenor para diversas zonas problemáticas da cidade. Tendo à data sido elaborado um documento programático pós-expo, Soares (1999, p.160) citado por Teles (2015), delineando-se objetivos para a zona de realização do evento e área envolvente, associados à “área tecnológica, industrial e de serviços às empresas com vista ao desenvolvimento e modernização da base económica de Lisboa e à internacionalização da Cidade.”.

A área de edificação da Expo 98 era de aproximadamente 70 hectares, no entanto a área de abrangência da intervenção estendia-se por 340 hectares e cerca de 5Km de frente ribeirinha.

Metodologia

Este ensaio baseou-se essencialmente num método descritivo, exploratório, através de uma observação participativa. Complementarmente, através de uma revisão bibliográfica aprofundada expõem-se as diferentes visões e perspetivas sobre os temas aqui avaliados e que nos permitem obter resultados comparativos e conclusões seguras.

Caraterização Territorial Antes do Evento EXPO 98

Conforme referido, a zona oriental de Lisboa encontrava-se ao abandono com a presença de indústrias poluentes e empresas de áreas pouco nobres. Neste processo de limpeza e recuperação, tiveram que ser retirados e/ou destruídas (Castro, Lucas, & Ferreira, 1997): o matadouro, a refinaria/depósitos de combustíveis (entre os quais permaneceu a torre da refinaria), velhos armazéns militares, sucateiros e armazéns de ferro velho, contentores danificados (mais de 15 mil), zona habitacional precária (com centenas de moradores), aterro sanitário (de Beirolas), entre outros.

Conforme é perceptível nas figuras que seguem o estado em que se encontrava esta zona de Lisboa era altamente degradante (ver Figuras 3, 4, 5, 6 e 7). Se compararmos esta zona com a área ocidental de Lisboa, percebemos a diferenciação/isolamento que aqui existia (ver Figura 8).

Impacto Urbano da Reabilitação da Zona Oriental

Os trabalhos de reabilitação iniciam-se em 1993, com a criação da empresa pública Parque Expo 98, criada para desenvolver e implementar o projeto de renovação. Nesta fase (Parque Expo, 2007) apenas ainda com as expropriações e demolições, os projetos arquitetónicos e descontaminação dos solos (ver Figuras 9, 10 e 11). Este projeto da Expo 98 foi pensado não só para o evento em causa, como também para o pós-evento, com a plena integração desta zona na centralidade da cidade.

Os eixos definidos como estratégicos foram (Parque Expo, 2007):

- as ligações com o aeroporto, margem sul e o centro da cidade, tendo sido criadas acessibilidades que faziam estas ligações (metro, comboio e rodovias) (ver Figura 12);
- requalificação da zona ribeirinha; até este evento a cidade sempre viveu afastada do rio, não só pela poluição existente neste como também pela falta de acessibilidades e infraestruturas (ciclovias, passeios pedestres, infraestruturas comerciais, bares, restaurantes, entre outros). Com a revitalização desta zona e o foco no rio (5 km de frente ribeirinha), a cidade voltou-se muito mais para esta frente de água começando, posteriormente, a recuperar a restante frente ribeirinha por força da procura. Atualmente já é possível atravessar desde a zona do Parque das Nações até ao Guincho, praticamente sempre junto ao rio;
- nova centralidade - projeto de escala metropolitana - com relevância económica e comercial lúdica, mas também com equipamentos culturais;
- integração urbana e sustentável; para além da requalificação ambiental efetuada, o Parque das Nações foi pensado de forma a que todas as infraestruturas básicas (telecomunicações, água, eletricidade, sistema de aquecimento e arrefecimento, recolha de resíduos sólidos, entre outros) fossem subterrâneas (ver Figura 13).

Em termos de acessibilidades foram criadas:

- uma nova ponte sobre o rio Tejo (ponte Vasco da Gama), com cerca de 12km, que estabelecia uma nova ligação à margem sul, melhorando a acessibilidade à cidade, vindo de sul, permitindo aceder, quer para o ocidente, quer por oriente de Lisboa. Esta infraestrutura, articulação com o IC17- CRIL e a A1, viabilizou o acesso a qualquer ponto da cidade ou do país, evitando congestionamentos de zonas de acesso pouco funcionais;
- interface de transportes, com a simbólica estação de comboios desenhada pelo Arq. Santiago Calatrava, com estação de camionagem, metro e comboio;
- uma nova estação ferroviária (estação do Oriente) com ligação direta com as linhas do Norte e subligação às restantes linhas do país;
- nova linha do metro, a linha vermelha, com ligação à restante rede de metro de Lisboa e que ao mesmo tempo serviria de base para a conexão ao aeroporto de Lisboa, ligação essa concluída em 2012 (ver Figura 14).

Pós-Expo 98

A exposição mundial de 1998 foi sem dúvida um projeto de sucesso e, mais que tudo, bem planeado pelo facto de ter sido projetada desde o início a edificação de estruturas definitivas (para uso futuro) e temporárias (apenas para a exposição). Dos 309.000 m² de área total de construção, 179.000 m² eram de construção permanente e 130.000 m² temporária (ver Figura 15).

De entre as estruturas criadas de caráter permanente, destacamos as mais emblemáticas e que mais contribuíram e ajudam para o sucesso e dinamização do atual Parque das Nações:

- Pavilhão Atlântico (atualmente denominado de Altice Arena);
- Feira Internacional de Lisboa;
- Oceanário;
- Torre Vasco da Gama (atualmente Hotel Myriad);
- Estação do Oriente;
- Teatro Camões;
- Pavilhão de Portugal;
- Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva;
- Pavilhão do Futuro (atualmente casino de Lisboa)

“Vai passar a ser, sem dúvida, a principal zona da cidade, (...) mais uma centralidade. A nova centralidade de Lisboa vai ser na zona oriental da cidade, uma zona exemplar da cidade” (Castro, Lucas, & Ferreira, 1997), referindo-se os autores ao local de realização da Expo 98 (ver Figura 16). Dos pontos identificados como estruturas permanentes, atualmente na sua maioria espaços de atratividade turística, destaca-se o Oceanário como o mais representativo de todos pela elevada procura de turistas e notoriedade.

Chermayeff (1997, p.62) citado por Teles (2015) afirmava “Desde o início do desenvolvimento da Exposição Internacional que foi atribuído a este edifício um importante papel. “Deveria ser uma peça central da Expo e afirmar-se simbolicamente quer na sua arquitectura quer no seu conteúdo.” (ver Figura 17).

Para além destas estruturas referidas, transitaram ainda da exposição as áreas verdes (readaptadas), tendo sido requalificados alguns dos espaços que iriam acolher a zona residencial e empresarial. Área empresarial que atualmente acolhe entidades como: Vodafone, Microsoft, Sony, CTT, Adecco, Danone, NOS, Expresso, entre outras. No que diz respeito à área residencial podemos afirmar que a zona oriental se transformou no bairro mais moderno de Lisboa, uma das zonas mais nobres e privilegiadas da capital, onde se poderá encontrar áreas comerciais, culturais e de lazer. As zonas habitacionais albergam atualmente mais de 28 mil pessoas, sendo uma das regiões mais caras de Lisboa, onde o m² para arrendamentos ronda os 11,6 €, conforme dados do INE, e 3,253 €/ m² para compra (Observador, 2014).

Por estes e outros motivos já identificados, o Parque das nações passa a ser após a Expo 98 (Serdoura & Silva, 2006)

Nova centralidade de Lisboa– gerou uma nova dinâmica funcional no centro da cidade, tendo por isso contribuído para a estabilização morfológica da zona Oriental de Lisboa, através da construção de uma estrutura urbana coesa e fortemente articulada com a sua envolvente imediata (ex. Olivais e Moscavide) e com o centro da cidade (ex. Avenidas Novas). As qualidades morfológicas da quadrícula, que configura a estrutura urbana do Parque das Nações, permite que as partes possuam identidade própria, sem afectar o todo (globalidade da área).

Com a reabilitação da zona oriental a cidade ganha uma nova centralidade. Lisboa até esta data havia crescido para o seu interior (projeto Avenidas Novas) e com a reconversão

do rio o crescimento passou a fazer-se ao longo desta linha de água, situação que ainda hoje se verifica com intervenções de reabilitação de espaços lúdicos (e.g.: ribeira das Naus, ciclovia Parque das Nações - Oeiras) e zonas residenciais (ex: Braço de Prata). Por outro lado, a centralidade foi ganha através dos acessos Ponte Vasco da Gama e IC17 CRIL e transportes públicos (e.g.: metro, comboio e autocarros através da Gare do Oriente) (ver Figura 18).

Tratando-se de um projeto de grande escala falta perceber qual o impacto económico que teve. Segundo dados da Parque Expo (Parque Expo, 2007), o custo da exposição foi largamente ultrapassado pelas receitas fiscais obtidas, como podemos verificar pela informação. Outra das informações que nos é dada prende-se com a importância imobiliária na zona, em que os valores dos terrenos ultrapassaram oito vezes o custo dos mesmos. De qualquer forma, estes indicadores não são claros dado que algumas das infraestruturas complementares, como a ponte Vasco da Gama, não são consideradas nesta avaliação (ver Figura 19).

Impacto da Reabilitação Urbana de Lisboa Oriental no Turismo

O impacto económico da Expo 98 no turismo foi superior a 13% de proveitos gerados por mais 10% de turistas no ano da realização do evento. No entanto o impacto real é imensurável, dado que acima de tudo este evento promoveu internacionalmente o país, em geral, e a cidade de Lisboa, em particular, trazendo nos anos subsequentes um acréscimo de turistas e um crescimento contínuo e cadenciado no período pós-expo 98, quebrado apenas pela crise económica de 2008, recuperando novamente a partir de 2013 para um crescimento exponencial (ver Figura 20).

Se avaliarmos o impacto que a reabilitação da cidade teve no turismo, conclui-se a sua extrema importância pelos principais elementos que apresentamos:

- pelas acessibilidades (rodoviárias e ferroviárias) que vieram permitir aos turistas uma maior facilidade de movimentação, quer dentro da cidade, quer para fora da mesma;
- pela recuperação do rio que promoveu o aparecimento de inúmeras zonas de residência, empresariais e de lazer, desde o Parque das Nações até Belém;

- pelas estruturas de lazer criadas que alargam o espetro de oferta turística e promove a dispersão de turistas no espaço.

Através de imagens obtidas e *linkadas* à *photos*, à *streetview*, à *wikipedia*, à *wikivoyage* e à *foursquare*, o *website* Sightsmap disponibiliza-nos mapas “quentes” com informações sobre os locais onde as pessoas mais gostam de estar, permitindo-nos identificar as regiões mais procuradas de Lisboa (ver Figura 21). Podemos verificar que os pontos de maior utilização se identificam claramente nas três zonas seguintes:

1. Centro da cidade de Lisboa;
2. Belém;
3. Parque das Nações (zona onde ocorreu a reabilitação para a Expo 98).

Se fizermos o mesmo exercício, mas agora restringido ao Parque das Nações, identificamos com precisão o Oceanário como um dos pontos mais procurados naquela região da cidade (ver Figura 22). Para corroborarmos esta informação fomos analisar os dados estatísticos relativamente às visitas desta estrutura lúdica, considerada pela *Tripadvisor* como o melhor aquário do mundo e registámos um crescimento sistemático e sustentado após o período da Expo 98, interrompido apenas pela crise económica de 2008, tendo recebido um total de 1.136 visitantes no último ano, com uma grande predominância de turistas estrangeiros (>900 mil) (ver Figura 23).

Conclusão

Face ao exposto, fica claro que a realização da Expo 98 contribuiu fortemente para a revitalização e modernização da cidade de Lisboa, através da reabilitação urbana efetuada na zona oriental. Para além de todas as infraestruturas anteriormente referidas permitiu igualmente um alargamento transversal da cidade, passando esta zona a ser considerada como um dos principais *ex-libris* de Lisboa, sob diferentes perspetivas: cultural (eventos, exposições), lúdica (atividades ao ar livre, desporto, comercial), social (empregos e área de residência), entre outras.

Conseguiu-se projetar igualmente esta zona como ativo turístico, não só pela sua envolvente verde e beira-rio, como também pelas suas infraestruturas de carácter lúdico, comercial e cultural, permitindo através da dispersão da oferta aumentar a capacidade de

carga turística da cidade e criar uma nova centralidade turística, a acrescer às principais já existentes (Baixa Pombalina e Belém).

Mediante este exemplo eficaz de reabilitação urbana, torna-se importante perceber de que forma se pode replicar o modelo numa escala de menor dimensão, como em zonas limítrofes ou pontos de grande interesse turístico, como são exemplos Mafra e Ericeira, passíveis de se transformarem em polos de atratividade complementar a Lisboa, semelhante ao que se sucede com Sintra.

Referências

- Castro, A., Lucas, J., & Ferreira, V. M. (1997). O plano de urbanização da Expo 98 e os compromissos de política urbana de Lisboa. *Sociologia- Problemas e Práticas*, 24.
- Durão, V. C. (2011). Megaeventos em Portugal: Expo 98 e Euro 2004 – análise do pós-evento. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*.
- Ferreira, V. M. (1997). A Expo 98 e a metrópole de Lisboa. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 24.
- Hotel Tryp Oriente Lisboa. (n.d.). *memoriaexpo98.com*. Retrieved from <http://memoriaexpo98.com/a-ideia/>.
- Jornal I. (2018, Maio 21). 20 anos da Expo 98, o acontecimento que mudou Lisboa para sempre.
- Lourenço, J. (2002). Expo 98 - and trickling down effects in Lisbon. *38th International congress "The Pulsar Effect" Planning with peaks*.
- NIT. (n.d.). *Expo 98*. Retrieved from nit.pt: <https://nit.pt/out-of-town/back-in-town/expo-98-faz-vinte-anos-ainda-se-lembra-de-como-era-aquela-zona-antes-da-exposicao/attachment/224222>
- Observador. (2014, Outubro 14). *Parque da Nações, ou quando Lisboa ganhou uma cidade rica e moderna*. Retrieved from observador.pt: <https://observador.pt/especiais/parque-das-nacoes/>
- Oceanário de Lisboa. (2018). *Relatório anual de desempenho e qualidade dos serviços 2017*.
- Parque Expo. (2007). *Re: Qualificar promover a qualidade de vida urbana*.

- RTP. (2018, junho 02). *Expo 98: As imagens da exposição mundial, 20 anos depois*. Retrieved from RTP.PT: https://www.rtp.pt/noticias/galeria/pais/expo-98-as-imagens-da-exposicao-mundial-20-anos-depois_1077259
- Salgado, M. (1999). Lisboa. O rio e a renovação urbana, Expo 98. o seu papel como catalizador do rejuvenescimento de Lisboa. *Ciudades*.
- Serdoura, F. M., & Silva, F. N. (2006). Espaço público. Lugar de vida urbana. *2º Congresso Luso Brasileiro- Planeamento, Urbano, Regional Integrado Sustentável*. Braga.
- Teles, V. Q. (2015). Expo'98: Lisboa cidade e requalificação.



Fonte e infografia: (Hotel Tryp Oriente Lisboa, s.d.)

Figura 1. N.º de visitantes



Fonte e infografia: (Hotel Tryp Oriente Lisboa, s.d.)

Figura 2. Curiosidades estatísticas sobre a Expo 98



Fonte: (NIT, s.d.)

Figura 3. Doca dos Olivais (atualmente zona do Oceanário)



Fonte: (NIT, s.d.)

Figura 4. Zona ribeirinha



Fonte: (NIT, s.d.)

Figura 5. Vista aérea do terreno na zona oriental de Lisboa - pré-expo



Fonte: (NIT, s.d.)

Figura 6. Vista aérea do terreno da zona oriental de Lisboa (início das obras)



Fonte: (Parque Expo, 2007)

Figura 7. Terrenos antes da intervenção Expo 98



Fonte: (Parque Expo, 2007)

Figura 8. Comparativo entre as zonas ocidental e oriental de Lisboa



Fonte: (NIT, s.d.)

Figura 9. Vista aérea da construção da estação ferroviária



Fonte: (NIT, s.d.)

Figura 10. Zona de construção da Expo 98



Fonte: (NIT, s.d.)

Figura 11. Vista aérea da construção e Ponte Vasco da Gama



Fonte: (Parque Expo, 2007)

Figura 12. Ligações prioritárias



Fonte: (Parque Expo, 2007)

Figura 13. Galerias técnicas subterrâneas de infraestruturas básicas

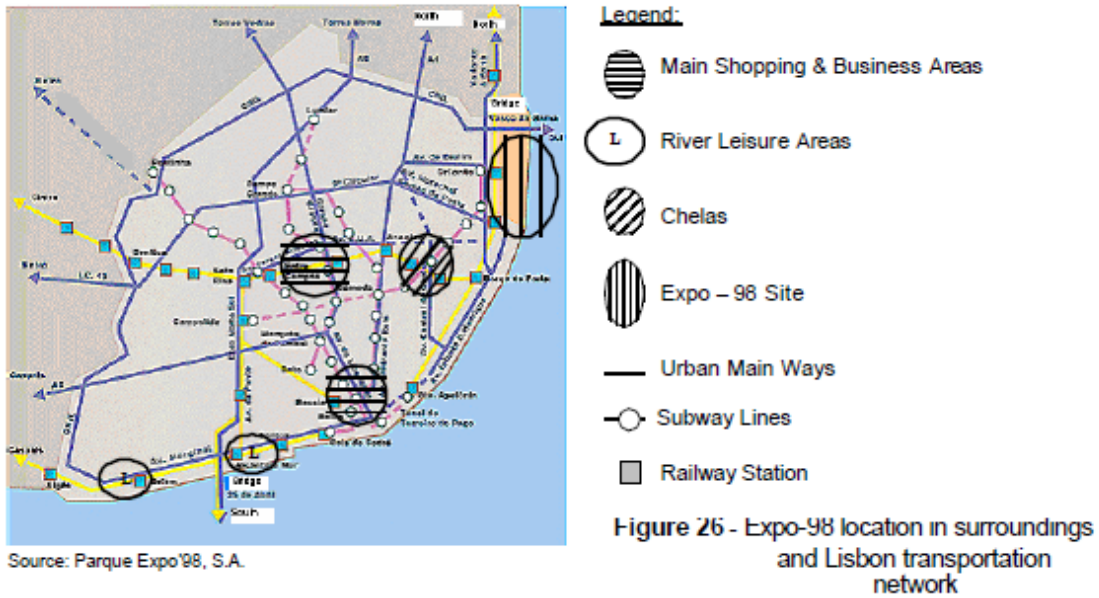


Figure 27 - Subway lines in Lisbon



Figure 28 - Railway connections in North Metropolitan Area of Lisbon

Fonte: (Lourenço, 2002)

Figura 14. Mapa de acessibilidades por meio de transporte



179.000 m² | **Construções permanentes**

130.000 m² | **Estruturas temporárias**

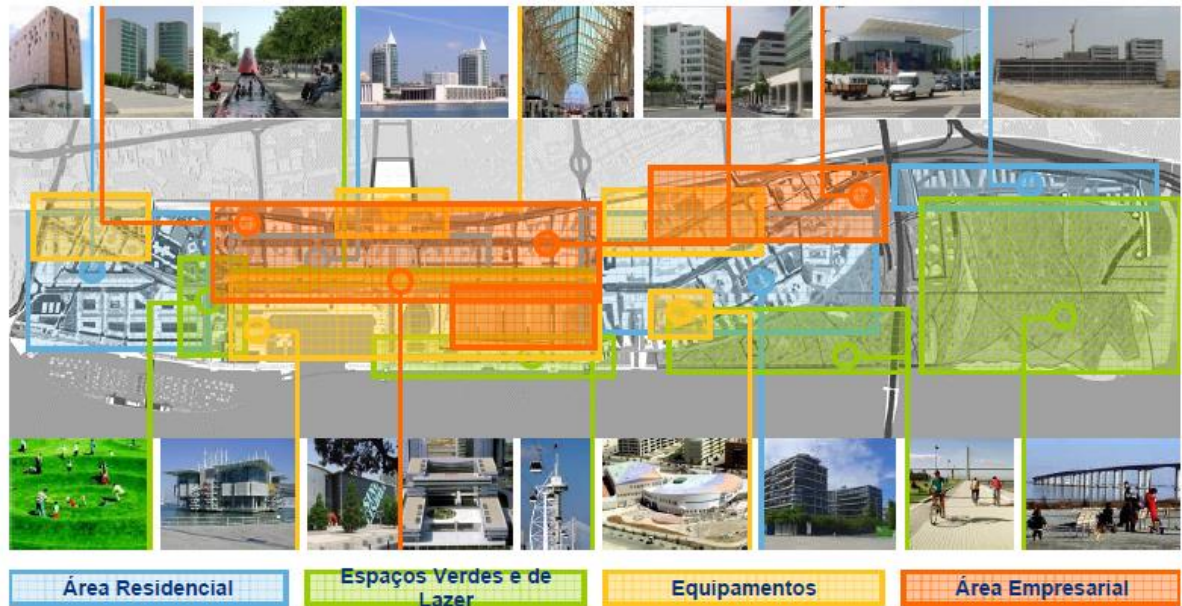
Fonte: (Parque Expo, 2007)

Figura 15. Estruturas permanentes e temporárias



Fonte: (Observador, 2014)

Figura 16. Mapa de Lisboa - detalhe Parque das Nações



Distribuição Territorial |

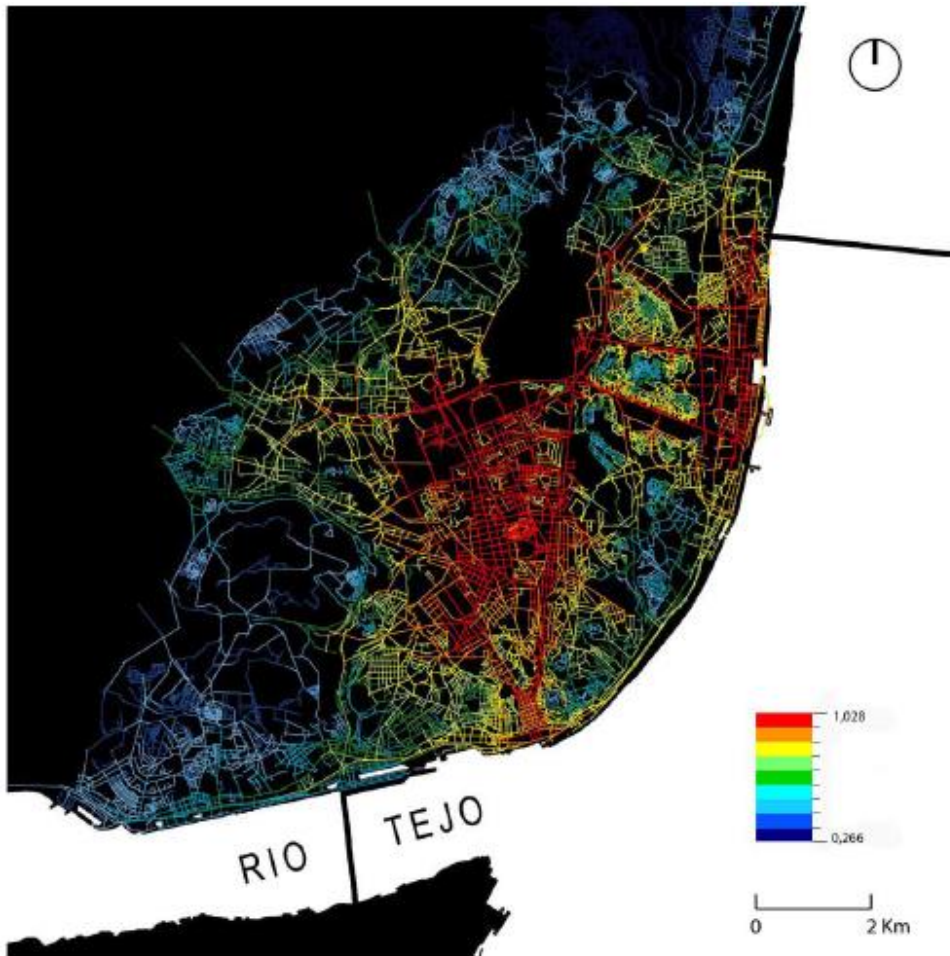
Privado (residencial, comércio, serviços)	962.550 m ²
Infraestruturas urbanas	573.750 m ²
Público (espaços verdes e frente ribeirinha)	1.864.400 m ²
Aquático/hídrico (doca e marina)	102.000 m ²
Total	3.502.700 m ²

Área de construção |

Residencial	1.239.465 m ²
Escritório	636.479 m ²
Comércio	198.670 m ²
Outros	419.127 m ²
Total	2.493.741 m ²

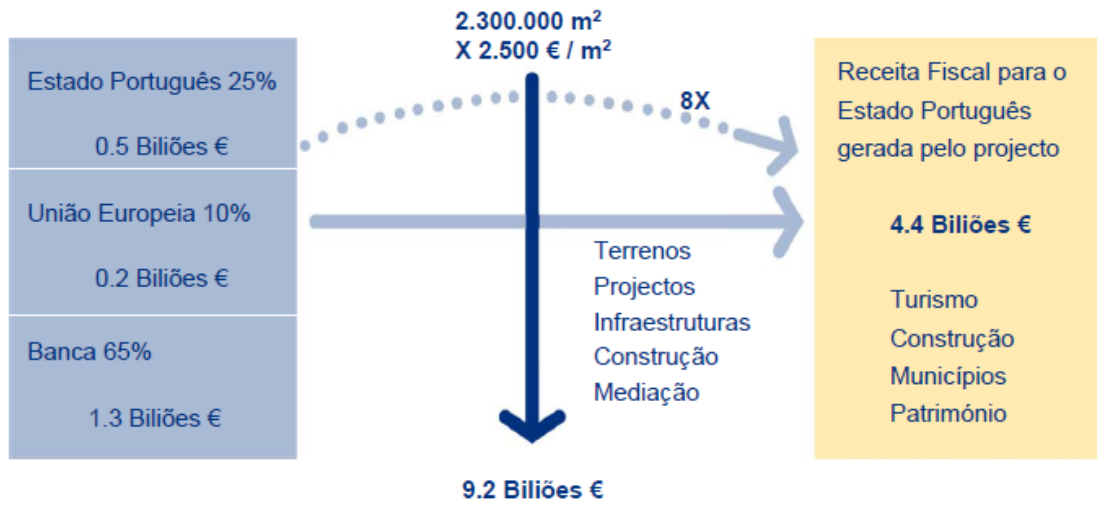
Fonte: (Parque Expo, 2007)

Figura 17. Distribuição territorial das diferentes áreas do Parque das Nações



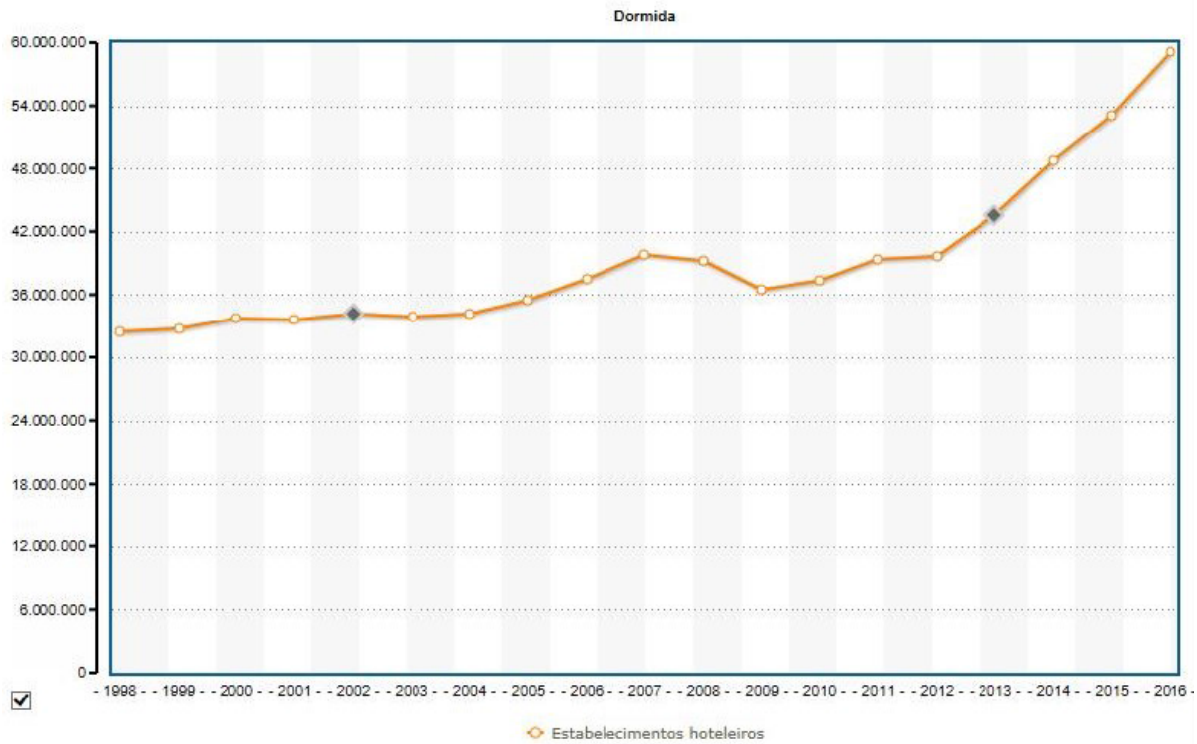
Fonte: (Serdoura & Silva, 2006)

Figura 18. Centralidades na cidade de Lisboa



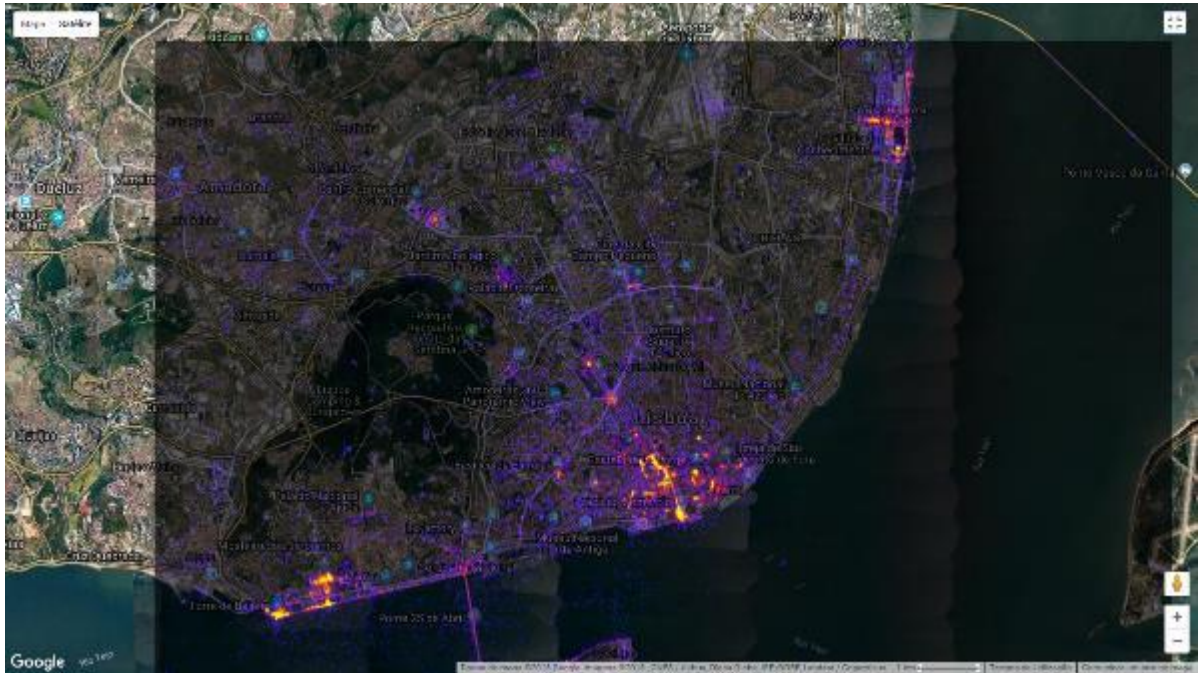
Fonte: (Parque Expo, 2007)

Figura 19. Investimentos e receitas



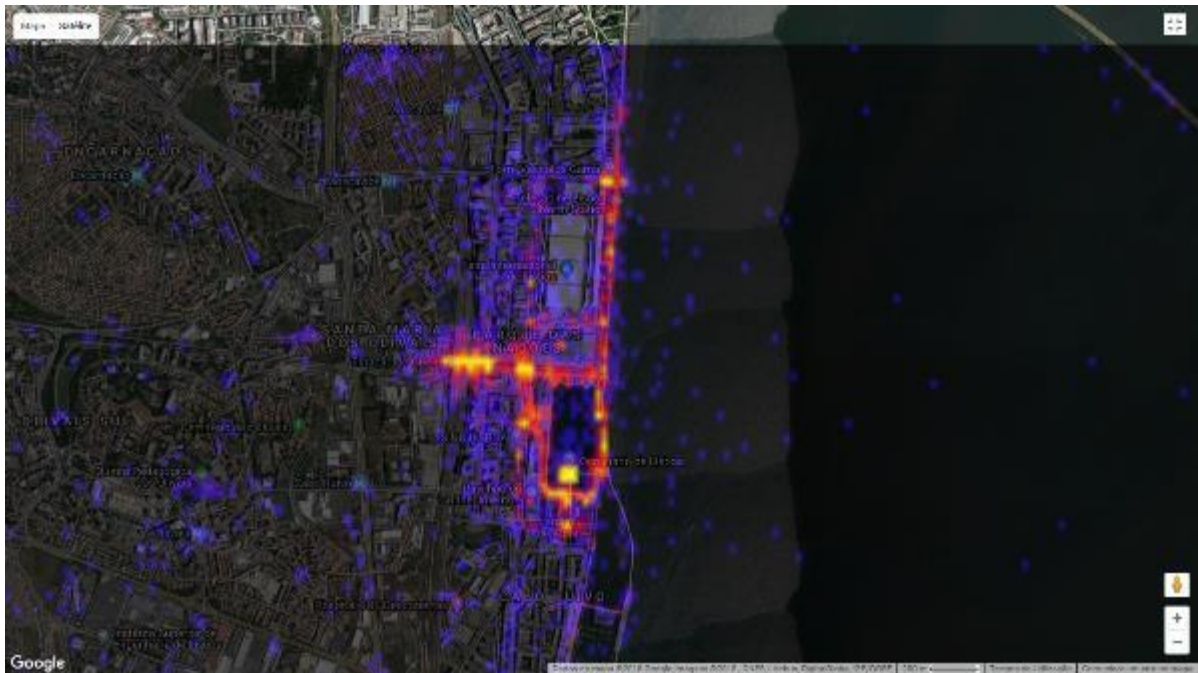
Fonte: PORDATA - IINE - Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos

Figura 20. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros



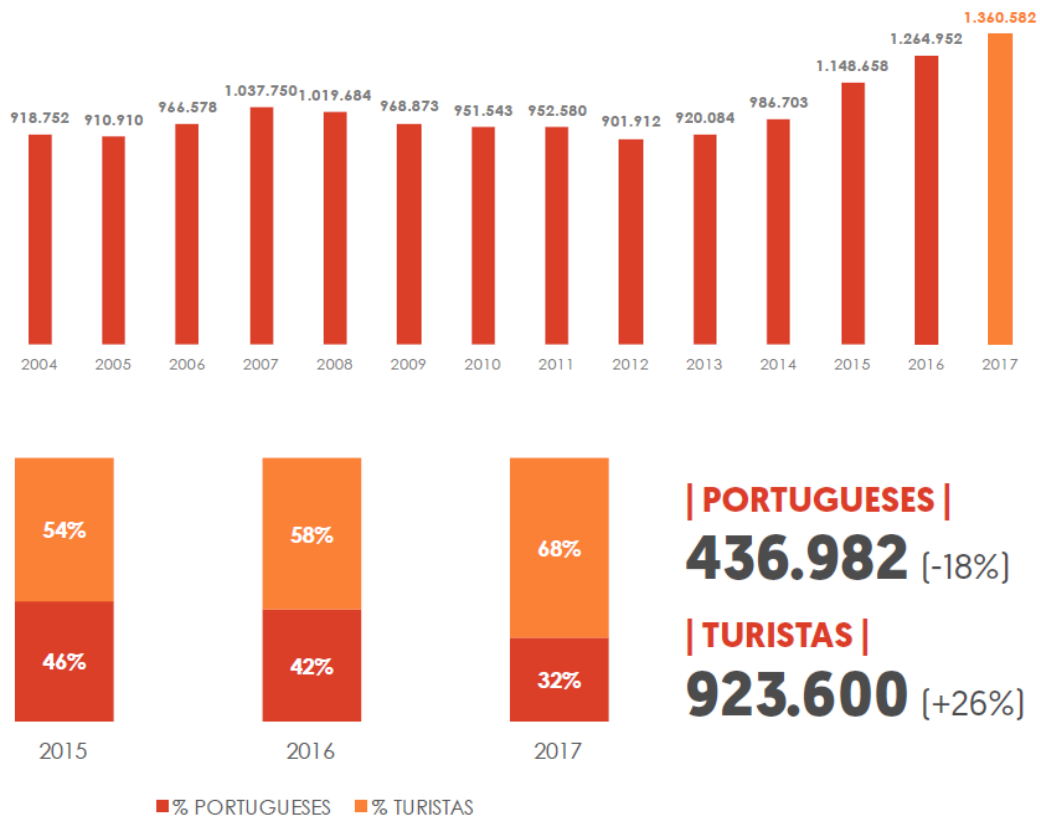
Fonte: sightsmap.com

Figura 21. Hottest places na cidade de Lisboa



Fonte: sightsmap.com

Figura 22. Hottest places na cidade de Lisboa - Parque das Nações



Fonte: Relatório Anual de Desempenho e Qualidade dos Serviços 2017 (Oceanário de Lisboa, 2018)

Figura 23. Visitas Oceanário